

# Sumário

Número de notícias: 48 | Número de veículos: 30

CORREIO DA MANHÃ ONLINE - RIO DE JANEIRO - RJ - ECONOMIA  
ANFIP

Renúncia fiscal do país é de R\$ 197,2 bi ..... 5

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Petrobras faz acordo de R\$ 19,8 bi que ajuda caixa da União ..... 6

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - CIDADES  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Operação busca desarticular tráfico de drogas e armas ..... 7

FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - POLÍTICA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo acende alerta sobre equilíbrio das contas ..... 8

VALOR ONLINE - IMPRESSO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Petrobras fecha acordo com União de R\$ 19,8 bilhões ..... 9

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

INSS supera a Caixa e vira o maior réu ..... 10

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO  
SEGURIDADE SOCIAL

Relator muda projeto de regulamentação de motoristas de aplicativo ..... 12

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO  
SEGURIDADE SOCIAL

Cobrança de INSS sobre terço de férias ..... 13

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO  
SEGURIDADE SOCIAL

Ministro defende vinculação de benefícios ..... 14

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS  
SEGURIDADE SOCIAL

Comissão analisa mudanças em projeto de motoristas de app ..... 15

AGÊNCIA BRASIL - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Caixa paga Bolsa Família a beneficiários com NIS de final 2 ..... 16

FOLHA ONLINE - SP - OPINIÃO  
SEGURIDADE SOCIAL

Demora do INSS custa R\$ 15 mil em danos morais ..... 17

FOLHA ONLINE - SP  
SEGURIDADE SOCIAL

Servidores do INSS farão "operação apagão" em junho por reajuste de 33% (Previdência)  
..... 18

CORREIO DE SERGIPE - ARACAJU - SE - GERAL  
SERVIDOR PÚBLICO

Abono do PIS/Pasep 2024 começa a ser pago este mês ..... 20

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS  
SEGURIDADE SOCIAL

Licenças maternidade e paternidade ampliadas - SERVIDOR.....	21
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Governo prevê avanço da tributária no início de julho.....	22
DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - AGRONEGÓCIO REFORMA TRIBUTÁRIA	
Brasil cai em ranking de competitividade mundial.....	23
FOLHA ONLINE - SP REFORMA TRIBUTÁRIA	
Reforma tributária: indústria da Zona Franca defende mudanças em projeto do governo (Reforma tributária) .....	24
O GLOBO ONLINE - RJ - BLOGS REFORMA TRIBUTÁRIA	
Os créditos sem fundo.....	25
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Planalto dá sinal verde para corte de despesas.....	26
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Revisão de gastos pode passar por mudanças na Constituição.....	27
VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Países devem ter espaço fiscal para mitigar efeito da IA, diz FMI.....	28
CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - ECONOMIA SEGURIDADE SOCIAL	
Haddad prevê carga tributária menor e promete revisões.....	29
JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA ECONOMIA	
"Compromisso com o arcabouço fiscal".....	30
JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA ECONOMIA	
"Mal impressionado".....	31
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Benefícios vão elevar despesas em R\$ 82,5 bi.....	33
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
"A sociedade paga impostos e está chegando ao limite".....	34
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Mercado vê Selic parada em 10,5% e o IPCA a 3,96%.....	35
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA	
Projeções de dólar e juro voltam a piorar, diz BC.....	36
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA	
Brasil piora em ranking de competitividade global.....	37

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Brasil vai para o fim da fila da competitividade ..... 38

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
ECONOMIA

Volta da DRU vira alternativa para aliviar questão fiscal ..... 40

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
ECONOMIA

Arcabouço corre risco sem desvinculação, dizem economistas ..... 42

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
ECONOMIA

Monitor do PIB tem leve queda em abril ..... 44

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO  
ECONOMIA

Correção de FGTS pela inflação é reparação parcial e tardia (Editorial) ..... 45

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
ECONOMIA

Dólar vai a R\$ 5,42 com piora nas expectativas ..... 47

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
ECONOMIA

Wall Street ignora Fed e volta a bater recordes ..... 48

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
ECONOMIA

"Usar palavra crise faz sentido, e BC tem culpa" ..... 49

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
ECONOMIA

"Preços dos ativos dizem que há deterioração local" ..... 50

ZERO HORA - PORTO ALEGRE - RS - ZERO HORA  
ECONOMIA

Lula se impressionou com renúncias, dizem ministros ..... 52

ZERO HORA - PORTO ALEGRE - RS - COLUNAS  
ECONOMIA

Abismo entre as previsões ..... 53

A GAZETA - MT - ECONOMIA - PAÍS  
ECONOMIA

Dólar sobe e chega a ultrapassar os R\$ 5,40 ..... 54

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - ECONOMIA  
ECONOMIA

Novo corte na Selic poderá ser descartado por Copom ..... 55

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA  
ECONOMIA

Lula está impressionado com subsídios no Brasil ..... 56

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS  
ECONOMIA

Copom deve manter a taxa Selic em 10,5% ao ano ..... 57

JORNAL NH - NOVO HAMBURGO - RS - PAIS/MUNDO  
ECONOMIA

Previsão de PIB global aumenta ..... 58

---

Terça-Feira, 18 de Junho de 2024

JORNAL NH - NOVO HAMBURGO - RS - PAIS/MUNDO  
ECONOMIA

**IBGE adia PIB dos municípios** .....59

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA  
ECONOMIA

**Equipe econômica quer a revisão de benefícios** .....60

# Renúncia fiscal do país é de R\$ 197,2 bi

Enquanto o Executivo federal se debate (dentro e fora do Congresso) em busca de medidas que elevem a arrecadação - à medida que se aproxima a eleição municipal, crivo popular para a gestão petista perdulária - a **Receita Federal** estima em R\$ 197,2 bilhões o tamanho da caixa-preta em isenções fiscais - 1/3 do total no país - em 2022. A título de manter a máquina pública, o brasileiro suporta hoje uma gigantesca carga tributária nacional, equivalente a 32,44% do **PIB**, algo próximo de R\$ 3,2 trilhões.

Embora muito elevado, o total de isenções fiscais do ano passado ainda está 4,46% aquém do registrado em 2021, que chegou a R\$ 206,4 bilhões, conforme dados divulgados pelo site Poder360, com base em informações do Leão.

Apenas com importações, o estudo da Receita contabiliza uma renúncia fiscal de R\$ 140,8 bilhões (71,4% do total), sendo R\$ 86 bilhões com o Cofins (Contribuição para Financiamento da **Seguridade Social**), R\$ 36,3 bilhões com o Imposto de Importação e R\$ 18,5 bilhões com o PIS (Programa de Integração Social). Nessa conta, entram outros R\$ 23,9 bilhões em renúncias fiscais por atuação na Sudam e Sudene.

O que torna intrincada a tarefa da Receita, admite o próprio secretário do órgão, Robinson Barreirinhas a limitação de acesso a apenas R\$ 200 bilhões, de um total de R\$ 600 bilhões em renúncias.

Já a Unafisco (**Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita** Federal do Brasil) calcula que, por ano, o governo deixa de arrecadar R\$ 789,6 bilhões com isenções fiscais, incluindo o Simples, Zona Franca de Manaus e desoneração da folha salarial de 17 setores. (M.S.)

**Site:**

<https://www.correiodamanha.com.br/economia/2024/06/139060-renuncia-fiscal-do-pais-e-de-rs-1972-bi.html>

# Petrobras faz acordo de R\$ 19,8 bi que ajuda caixa da União

**LETYCIA CARDOSO E THAIS BARCELLOS**

O Conselho de Administração da Petrobras fechou ontem um acordo para pagamento bilionário em caráter extraordinário à **Receita Federal**, somando R\$ 19,8 bilhões, com o objetivo de encerrar litígios da estatal com o **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, conforme antecipou o colunista do GLOBO Lauro Jardim. A decisão ocorre justamente no momento em que o governo se esforça para arrumar renda extra para reduzir o déficit as contas públicas. Essa é a primeira grande decisão da empresa sob comando da nova presidente, Magda Chambriard.

A equipe econômica já contava com o pagamento da estatal para fechar as contas este ano.

Analistas do mercado financeiro ponderam que, apesar de a Petrobras se beneficiar de descontos oferecidos pelo **Carf** para quitar a dívida, pode ter de reduzir o pagamento de dividendos extraordinários no curto prazo.

Do total de R\$ 19,8 bilhões, R\$ 6,65 bilhões serão pagos com os depósitos judiciais já realizados nos processos. Além disso, R\$ 1,29 bilhão será quitado com créditos de prejuízos fiscais de subsidiárias. O valor restante, de R\$ 11,85 bilhões, será pago com uma entrada em junho e mais seis parcelas mensais.

Assim como outras empresas do setor, a Petrobras foi autuada anos atrás por um suposto artifício nos contratos de exploração de petróleo usado para pagar menos imposto. O preço do contrato era dividido em duas partes. A primeira era relativa ao afretamento, ou seja, o aluguel da embarcação - isento de pagamento de Imposto de Renda na fonte. Já a segunda era relativa à prestação de serviço, a exploração do óleo, que sofria cobrança de PIS/Cofins e Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE).

Para pagar menos tributo, explica Roberto Duque Estrada, sócio do Brigagão, Duque Estrada Advogados, a maioria dos contratos da Petrobras informava que 90% do valor eram equivalentes ao aluguel da embarcação, enquanto só 10% eram relativos a serviços.

A **Receita Federal**, porém, cobrou imposto sobre o valor total dos contratos anteriores, além de ter

aplicado multa. O entendimento foi que a Petrobras estava contratando uma prestação de serviço instalado numa embarcação. Dessa forma, a plataforma seria apenas um acessório do serviço.

Para Ilan Arbetman, analista da Ativa Investimentos, o acordo foi um "bom negócio": -É um passivo que deveria ser pago. Tem que perceber o que é melhor para a saúde financeira da empresa.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Operação busca desarticular tráfico de drogas e armas

A **Receita Federal** e a Polícia Federal deflagraram ontem a operação **Contraface**, como resultado de investigações para a desarticulação de uma organização criminosa (Orcrim) dedicada ao tráfico internacional de entorpecentes e armas de fogo.

Foi apurado que a Orcrim, comandada por empresários de Cascavel e Toledo, no Paraná, transportava grandes quantidades de maconha e armas do Paraguai para vários estados do Brasil, com uso de caminhões com compartimentos ocultos.

Segundo as investigações, a organização adotava diversas formas de dificultar o conhecimento das ilegalidades pelas autoridades e assim lavar o dinheiro das práticas criminosas.

Dentre elas, estava a constituição de empresas fictícias para figurar como proprietárias dos veículos, a simulação da venda dos veículos para os motoristas contratados para dirigi-los, a criação de contas bancárias em nome de pessoas físicas e jurídicas para movimentar os recursos obtidos.

Foram apreendidos diversos carregamentos de entorpecentes e armas de fogo, totalizando aproximadamente 26 toneladas de maconha e oito pistolas.

Também foi apurado que, desde 2021, o grupo movimentou cerca de R\$ 14 milhões.

Foram expedidos nove mandados de prisão preventiva, 13 mandados de busca e 22 mandados de sequestro de bens e valores nas cidades de Cascavel, Toledo, Medianeira, localizadas no Paraná, Erechim e Florianópolis. Todos eles pelo Juízo da 4ª Vara Criminal Federal de Cascavel.

**Site:**

<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/?edicao=11116>

# Governo acende alerta sobre equilíbrio das contas

Os ministros da Fazenda, Fernando Haddad, e do Planejamento, Simone Tebet, fizeram uma apresentação do quadro fiscal do País ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, com ênfase no detalhamento da análise do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre as contas do primeiro ano do governo e sobre o tamanho dos gastos tributários. De acordo com Tebet, Lula ficou "mal impressionado" com o aumento da renúncia fiscal e possíveis soluções para a elevação das despesas serão apresentadas a Lula em uma próxima reunião da Junta de Execução Orçamentária (JEO).

"São duas grandes preocupações. Houve crescimento dos gastos da Previdência e de gastos tributários, da renúncia. O próprio relatório do TCU mostra que há uma intersecção entre esses gastos", disse Tebet após o encontro. "Lula ficou extremamente impressionado, mal impressionado, com o aumento dos subsídios que estão batendo quase 6% do PIB do Brasil", afirmou.

## Alternativas

Segundo Tebet, a soma desses gastos - com renúncia fiscal e benefícios financeiros e creditícios - atinge R\$ 646 bilhões, sendo que só os benefícios tributários somam R\$ 519 bilhões. Lula pediu que a equipe econômica se debruce sobre esses números para apresentar alternativas. Haddad também acrescentou que a equipe já apresentou ao presidente dados para a formulação da proposta de lei orçamentária de 2025, além de dar informes sobre a execução do orçamento deste ano.

## Orçamento

A reunião também tratou da evolução de despesas. Haddad disse que o time se concentrou em apresentar explicações a Lula sobre a redução da carga tributária do País, tendo em vista a pressão de setores sobre as medidas de correção da erosão fiscal que estão sendo tomadas pela Fazenda. Um exemplo é a MP que limitava o uso de créditos de PIS/Cofins, que acabou devolvida pelo Congresso.

Segundo Haddad, Lula recebeu um quadro fiel da situação fiscal do País, principalmente em relação à evolução de gastos com renúncia fiscal e o volume da carga tributária.

Os detalhes finais da proposta que irá trazer um conjunto de medidas de arrecadação para compensar a desoneração da folha de pagamento estão sendo costurados pelo líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), e o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Haddad disse que vai pedir os cálculos de compensação para a **Receita Federal**, assim que a proposta chegar ao Executivo.

## Site:

<https://edicaoimpressa.folhape.com.br/books/wfwl/#p=1>

# Petrobras fecha acordo com União de R\$ 19,8 bilhões

*Por Kariny Leal e Fábio Couto - Do Rio*

Por Kariny Leal e Fábio Couto - Do Rio

18/06/2024 05h00 Atualizado 18/06/2024

O conselho de administração da Petrobras aprovou ontem o pagamento de R\$ 19,8 bilhões à União em um acordo (transação tributária) fechado com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). Os conselheiros da estatal reuniram-se extraordinariamente para votar o fim dos litígios da estatal no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** relativos à tributação de remessas ao exterior para pagar afretamentos de embarcações. O valor fechado tem desconto de 65% em relação ao passivo original, de R\$ 44,79 bilhões. A decisão pode abrir espaço para a empresa decidir antes de dezembro a distribuição de R\$ 21,9 bilhões em dividendos extraordinários de 2023.

**Site:**

<https://valor.globo.com/impreso/noticia/2024/06/18/petrobras-fecha-acordo-com-uniao-de-r-198-bilhoes.ghtml>

# INSS supera a Caixa e vira o maior réu

**Rodrigo Péret**

A instituição mais processada no País e no Espírito Santo é o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). O órgão acumula 33 milhões de ações judiciais em andamento no País sendo 74359 no Estado. Os dados são do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e são referentes até março deste ano. Nacionalmente, o **INSS** representa 4,5% dos processos em tramitação na Justiça Brasileira. Somente os pedidos relacionados a benefícios por incapacidade respondem por quase 1,3 milhão de ações ou 34% de todos os processos contra o **INSS** no País.

Já a Caixa Econômica Federal aparece na segunda posição dos dois rankings, com 2,8% do total de ações no País (2,4 milhões de processos, sendo 64.278 no Estado).

A maioria são ações de segurados em busca do benefício por incapacidade temporária - seja ele o auxílio-doença tradicional (nos casos de doença ou acidente) ou o acidentário (nos casos de acidente de trabalho ou doença laboral) -, que soma quase 800 mil pedidos aguardando decisão judicial.

A advogada especialista em direito previdenciário Renata Prado diz que vários fatores influenciam para que o **INSS** fique nessa posição. Dentre eles, estão erros humanos e até de robôs.

"Indeferimentos equivocados provocados por análise de robô do **INSS**, erros no pedido do segurado e banco de dados desatualizado influenciam. Há casos também em que perícias deficientes forçam a realização de perícia judicial para a obtenção do benefício", explica.

Já a advogada trabalhista e previdenciária Edilamara Rangel afirma que essa situação também é reflexo de filas nas análises dos requerimentos administrativos, que fazem com que as pessoas ingressem com ações em razão da demora na análise.

O presidente do **INSS**, Alessandro Stefanutto, argumenta que a quantidade de segurados e contribuintes do órgão, que somam cerca de cem milhões de pessoas, e o volume mensal de pedidos de benefício recebidos, explicam em parte o alto número de ações.

"O número é excessivo. Temos critérios de concessão em alguns tipos de benefícios mais elásticos no

judiciário do que com o nosso servidor, que deve seguir estritamente como está a lei, e, claro, o magistrado pode, no caso concreto, tendo em vista as circunstâncias e outras situações que o direito permite, conceder um benefício que aqui não seria concedido".

A Caixa foi procurada mas até o fechamento não se manifestou.

## OS NÚMEROS

3,8 milhões

de ações responde **INSS** no País

4,5% das ações

judiciais do País são contra **INSS**

PREDIO do **INSS**. órgão que tem 100 milhões de segurados e contribuintes no País

Ações pendentes contra a Previdência sobem 17,08%

Em relação ao ano passado, as ações pendentes contra o **INSS** subiram 17,08% no Espírito Santo. Nacionalmente, o aumento foi de 7,08%.

Essa situação, segundo a advogada especialista em direito previdenciário, Renata Prado, se deve em parte por conta da falta de servidores no **INSS**.

"Os servidores devem ter uma produtividade mínima e muitas vezes, a falta de tempo para uma análise mais detalhada implica em indeferimento", explica.

Ela acrescenta que muitas pessoas optam por entrar na Justiça porque enquanto os servidores do **INSS** focam apenas na legislação para deferir ou indeferir um pedido, a Justiça, muitas vezes, faz uma ponderação de princípios e valores.

"Diante disso, o juiz, com seu livre convencimento motivado pode entender de forma mais favorável ao segurada Sendo assim, teses judiciais pacificadas que divergem do entendimento administrativo implicam na busca pelo judiciário".

A advogada Edilamara Rangel aponta também para o envelhecimento da população, que tem causado um aumento de pedidos de aposentadorias.

"Além disso, o pós-pandemia também é marcado por

um maior adoecimento da população brasileira, que tem feito aumentar os pedidos por benefícios de incapacidade", complementa.

Por conta dessa situação, em abril deste ano, a Advocacia-Geral da União e o Conselho Nacional de Justiça chegaram a lançar o Desjudicializa Prev, iniciativa voltada para acelerar concessão de benefícios previdenciários e assistenciais.

RENATA PRADO disse que falta de servidores é um dos motivos para o quadro problemático do **INSS** em relação a ações judiciais

SAIBA MAIS

Benefícios por incapacidade temporária

Detalhamento

O ÓRGÃO DA **PREVIDÊNCIA Social** acumula cerca de 3,8 milhões de ações judiciais, o que representa 4,5% dos processos em tramitação na Justiça brasileira.

SEGUNDO ESPECIALISTAS, problemas com perícias médicas e entraves nos sistemas são os principais gargalos que levam a uma judicialização excessiva dos pedidos de aposentadoria, pensões e outros auxílios.

SOMENTE OS PEDIDOS relacionados a benefícios por incapacidade respondem por quase 1,3 milhão de ações ou 34% de todos os processos contra o **INSS**.

A MAIORIA são ações de segurados em busca do benefício por incapacidade temporária - seja ele o auxílio-doença tradicional (nos casos de doença ou acidente) ou o acidentário (nos casos de acidente de trabalho ou doença laboral) -, que soma quase 800 mil pedidos aguardando decisão judicial.

A ANTIGA APOSENTADORIA por invalidez, quando a incapacidade do trabalhador é permanente, também se destaca, com 496 mil processos.

MAS OUTROS TIPOS de pedidos de benefício chamam a atenção, como a aposentadoria por tempo de contribuição, que acumula 537.7 mil ações judiciais, e a aposentadoria especial - nos casos em que o trabalhador é exposto a insalubridade, periculosidade ou penosidade -. que tem quase 245 mil ações.

Por que isso acontece?

ESPECIALISTAS APONTAM que pro-

blemas na análise de documentos, principalmente

laudos médicos - no caso dos pedidos de benefício por incapacidade -, levam segurados à Justiça em busca de que seus direitos sejam garantidos.

A DEMORA NA ANÁLISE também é um impasse: muitos acabam optando pela ação judicial antes mesmo de recorrer administrativamente da negativa por conta do tempo de apreciação dos pedidos no Conselho de Recursos da **Previdência Social** (CRPS). a "segunda instância" do **INSS**.

Mais custos

A JUDICIALIZAÇÃO excessiva dos pedidos gera mais custos para os cofres públicos, além de prolongar para o segurado a espera pela concessão.

PRESIDENTE do Instituto Brasiliense de Direito Previdenciário (IBDPREV), Diego Cherulli calcula que a análise

administrativa do pedido é cerca de 10 vezes mais barata do que um processo judicial.

Excessivo

O PRESIDENTE DO **INSS** Alessandra Stefanutto argumenta que a quantidade de segurados e contribuintes do órgão, que somam cerca de cem milhões de pessoas, e o volume mensal de pedidos de benefício recebidos, explicam em parte o alto número de ações tramitando na Justiça.

SEGUNDO STEFANUTTO, o índice de concessão judicial dos pedidos, ou seja, a fatia dos benefícios liberados pelo **INSS** após determinação da Justiça, está em cerca de 16%. patamar elevado na comparação com outros países com regimes de Previdência similares ao brasileiro.

"ESTE NÚMERO É EXCESSIVO. Temos critérios de concessão em alguns tipos de benefícios mais elásticos no judiciário do que com o nosso servidor, que deve seguir estritamente como está a lei, e, claro, o magistrado pode, no caso concreto, tendo em vista as circunstâncias e outras situações que o direito permite, pode conceder um benefício que aqui não seria concedido", afirma.

SOBRE OS BENEFÍCIOS por incapacidade, maioria entre as ações judiciais, o presidente do **INSS** argumenta que o aprimoramento do Atestmed - sistema que permite o envio de laudos e atestados médicos pela internet, sem a necessidade de perícia médica presencial - deve ajudar a reduzir a judicialização dos pedidos.

CAIXA é o segundo colocado na lista

# Relator muda projeto de regulamentação de motoristas de aplicativo

São Paulo - A Comissão de Indústria, Comércio e Serviços da Câmara dos Deputados começou a analisar, na última terça-feira (11), o substitutivo ao projeto de lei de regulamentação do trabalho de motoristas de aplicativos. A medida enviada pelo governo federal em março foi alterada pelo relator, deputado Augusto Coutinho (Republicanos-PE).

Dentre as principais mudanças estão a diminuição do percentual de contribuição previdenciária ao Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) de 7,5% para 5% e a estipulação de percentual no limite de 30% na taxa de intermediação das plataformas sobre o valor arrecadado nas corridas. Pela proposta, 30% ficam com a empresa e 70%, com o motorista.

O projeto foi retirado de pauta e ainda deverá ser votado na comissão. A principal mudança em relação à proposta inicial está na criação do limite de 30% na taxa de intermediação das plataformas sobre o valor arrecadado nas corridas. Pela proposta, 30% ficam com a empresa e 70%, com o motorista.

A Associação de Motoristas de Aplicativo de São Paulo (Amasp) afirma possuir ressalvas em relação à taxa de intermediação das plataformas: "Várias empresas como a Indrive, por exemplo, cobram 10% de taxa do motorista e, mesmo assim, sobrevivem no mercado, acreditamos fielmente que 30% ainda é muito a ser cobrado", disse a associação em nota.

O objetivo da alteração é garantir mais transparência na relação com as empresas, além de aumentar a renda dos trabalhadores. A atual falta de parâmetros na taxa de intermediação é objeto de queixas dos profissionais, que reclamam da cobrança de taxas superiores a 40%.

"Construímos um parecer voltado a garantir mais transparência e segurança à atividade, mantendo sua viabilidade econômica. Os aplicativos são uma realidade do dia a dia da população e é função do Congresso Nacional fazer a regulamentação", disse o relator.

No entanto, a Associação Brasileira de Mobilidade e Tecnologia (Amobitec), que representa os principais aplicativos de transporte, como Uber e 99, afirma haver preocupação em relação às novas propostas feitas na Câmara.

A entidade diz que a comissão está debatendo temas que não foram discutidos no grupo de trabalho integrado por representantes dos trabalhadores, das empresas e do governo. O grupo teve encontros periódicos por nove meses em 2023.

"O controle de preços dos serviços prestados pelas plataformas é inconstitucional e vai aumentar os custos para o consumidor", diz Amobitec. A associação afirma ainda que o projeto de regulamentação, da forma como está sendo modificado, cria um precedente negativo também para outras atividades econômicas.

Outra mudança feita pelo relator foi a alteração da alíquota de contribuição ao **INSS**. A proposta inicial era de recolhimento de 27,5% do valor das corridas como pagamento previdenciário, sendo 20% das empresas e 7,5% dos trabalhadores. Agora, a proposta é de arrecadar mais das empresas. Os percentuais seriam de 5% para os trabalhadores e 22,5% para as corporações.

MEI - Apesar da alteração favorável aos motoristas, a entidade que os representa os trabalhadores no estado de São Paulo se posicionou contra a proposta. A associação defende que o melhor formato para a classe é a contribuição como microempreendedor individual (MEI).

O projeto substitutivo manteve o valor da hora mínima proposto pelo governo, por meio da comissão tripartite, de R\$ 32,10, que tem como base o salário mínimo nacional, hoje em R\$ 1.412. Desse total, R\$ 8,03 são referentes aos serviços prestados. Os outros R\$ 24,07 serão para cobrir custos. (Felipe Bramucci e Ítalo Leite/Folhapress)

"Construímos um parecer voltado a garantir mais transparência e segurança à atividade, mantendo a visibilidade econômica. Os aplicativos são uma realidade do dia a dia e a função do Congresso Nacional é fazer a regulamentação"

Augusto Coutinho

## Cobrança de INSS sobre terço de férias

O Supremo Tribunal Federal (STF) finalizou o julgamento que legitima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias, que será cobrado a partir de 15 de setembro de 2020, quando a contribuição passou a ser considerada válida pela Corte. Segundo o STF, as contribuições que já foram pagas e sem questionamentos na Justiça ou na administração não serão devolvidas pela União. A Associação Brasileira de Advocacia Tributária (Abat) projetou que o impacto financeiro caso a modulação não fosse definida seria de até R\$ 100 bilhões. "A declaração de constitucionalidade declarada em 2020 provocou uma quebra de jurisprudência porque desde 2014 o Superior Tribunal de Justiça (STJ) definiu entendimento em sentido contrário, de que o terço não poderia sofrer a tributação, avalia o o advogado especialista em direito tributário Fellipe Cianca Fortes, do escritório Balera, Berbel Mitne Advogados.

# Ministro defende vinculação de benefícios

Brasília - O ministro da **Previdência Social**, Carlos Lupi, defende a vinculação das aposentadorias e dos benefícios assistenciais ao salário mínimo e propõe aos críticos a realização de um plebiscito sobre o tema para saber a avaliação da população, boa parte dela beneficiária do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).

"Se algum cidadão do planeta chamado Brasil achar que não deve pagar mais do que o aumento real mais a **inflação** ao aposentado, ao pensionista, faz um plebiscito. Vamos ouvir a população. Acha justo pagar o BPC (Benefício de Prestação Continuada, também vinculado ao mínimo)? Se não achar, eu recuo", afirma em entrevista à reportagem.

O ministro alerta para a necessidade de cautela nas discussões envolvendo a Previdência, tanto em relação às vinculações quanto na aprovação de novos direitos ou desonerações. Ele critica o Congresso Nacional pelo corte na alíquota de contribuição dos municípios ao **INSS**.

"Todo mundo quer ter mais direito da Previdência e melhorar salário, mas quer ao mesmo tempo dar isenção. Que mágica é essa? Precisamos ter mecanismos para não ter o Estado como algoz, mas que ele também não seja a vítima, a viúva eterna", diz.

Segundo Lupi, o esforço de redução das filas de espera deve levar o **INSS** à marca de 40 milhões de beneficiários nos próximos meses, quase 20% da população brasileira. Ele reconhece que o resultado é uma despesa maior para o governo, mas afirma que o tema não se resume a grandes números.

"Hoje, 65% dos municípios só sobrevivem por causa do dinheiro da Previdência. Imaginar que isso é despesa é considerar o ser humano uma cadeira, uma mesa, e não é. Segundo, é o dinheiro que volta para o governo. Se o cara compra um cafezinho, tem imposto embutido, volta para o próprio governo", afirma.

A desvinculação das aposentadorias foi defendida em maio pela ministra Simone Tebet (Planejamento) em entrevista ao jornal Valor Econômico, mas a ideia foi rejeitada pelo ministro Fernando Haddad (Fazenda), dada a sensibilidade política do tema.

Desde então, Tebet centrou a defesa da desvinculação em outros benefícios, como BPC, abono salarial e seguro-desemprego.

Mas os gastos com a Previdência continuam no foco da equipe econômica, que almeja implementar uma agenda de revisão de gastos para conter a trajetória de crescimento desta que é a maior despesa primária do Orçamento.

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) prevê gastar R\$ 917,8 bilhões com benefícios previdenciários neste ano, R\$ 9,1 bilhões a mais do que o aprovado inicialmente no Orçamento. Cálculos mais conservadores da área técnica indicaram o risco de pressão adicional de mais R\$ 12 bilhões, até agora não incluídos nas estimativas oficiais.

No BPC, pago a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda, a previsão atual de gasto soma R\$ 105,1 bilhões.

Dois fatores principais impulsionam essas despesas: a retomada da política de valorização do salário mínimo, com reajustes acima da **inflação**, e o programa de enfrentamento às filas do **INSS**, que amplia as concessões.

Dois terços dos benefícios da Previdência e 100% do BPC pagam o equivalente a um salário mínimo, hoje em R\$ 1.412. Neste ano, o ganho foi de 3% acima da **inflação**, mais do que a alta real de 2,5% do limite total de gastos previsto no arcabouço fiscal. (Idiana Tomazelli/Folhapress)

# Comissão analisa mudanças em projeto de motoristas de app

O projeto de lei enviado pelo governo para regulamentar o trabalho de motoristas de aplicativos começou a ser discutido na semana passada, na Comissão de Indústria, Comércio e Serviços da Câmara dos Deputados, já com sugestões de mudanças. Uma delas seria a diminuição do percentual de contribuição ao Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) de 7,5% para 5% (no caso do trabalhador). A proposta pode ser pautada hoje de novo.

A proposta inicial do governo era de que o total recolhido ao **INSS** fosse de 27,5% do valor das corridas - 20% por parte das empresas e 7,5% por conta dos trabalhadores. Agora, com a mudança sugerida na comissão, os percentuais seriam de 22,5% para as plataformas e de 5% para os motoristas.

Além disso, uma novidade em relação à proposta inicial seria a criação do limite de 30% sobre o valor das corridas como taxa de intermediação das plataformas. Assim, 30% ficariam com as empresas e 70%, com os motoristas. Esses parceiros, hoje, se queixam de cobranças de até 40%.

As alterações foram sugeridas pelo relator, deputado Augusto Coutinho (Republicanos- PE), mas a proposta ainda não foi votada pela comissão.

Também estaria em discussão a proposta inicial do governo de pagamento da hora mínima, no valor de R\$ 32,10, divididos da seguinte forma: R\$ 8,03 referentes aos serviços prestados e outros R\$ 24,07 para cobrir custos (gastos com celular, combustível, manutenção do veículo, seguro etc.). O debate, agora, seria em torno da eliminação ou não desse quesito.

**Site:** <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

# Caixa paga Bolsa Família a beneficiários com NIS de final 2

Publicado em 18/06/2024 - 07:02 Por  
Wellton Máximo - Repórter da Agência Brasil - Brasília

A Caixa Econômica Federal paga nesta terça-feira (18) a parcela de junho do novo Bolsa Família aos beneficiários com Número de Inscrição Social (NIS) de final 2.

O valor mínimo corresponde a R\$ 600, mas com o novo adicional o valor médio do benefício sobe para R\$ 683,75. Segundo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, neste mês o programa de transferência de renda do governo federal alcançará 20,84 milhões de famílias, com gasto de R\$ 14,23 bilhões.

Além do benefício mínimo, há o pagamento de três adicionais. O Benefício Variável Familiar Nutriz paga seis parcelas de R\$ 50 a mães de bebês de até 6 meses de idade, para garantir a alimentação da criança. O Bolsa Família também paga um acréscimo de R\$ 50 a famílias com gestantes e filhos de 7 a 18 anos e outro, de R\$ 150, a famílias com crianças de até 6 anos.

No modelo tradicional do Bolsa Família, o pagamento ocorre nos últimos dez dias úteis de cada mês. O beneficiário poderá consultar informações sobre as datas de pagamento, o valor do benefício e a composição das parcelas no aplicativo Caixa Tem, usado para acompanhar as contas poupança digitais do banco.

A partir deste ano, os beneficiários do Bolsa Família não têm mais o desconto do Seguro Defeso. A mudança foi estabelecida pela Lei 14.601/2023, que resgatou o Programa Bolsa Família (PBF). O Seguro Defeso é pago a pessoas que sobrevivem exclusivamente da pesca artesanal e que não podem exercer a atividade durante o período da piracema (reprodução dos peixes).

## Cadastro

Desde julho do ano passado, passa a valer a integração dos dados do Bolsa Família com o Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS). Com base no cruzamento de informações, cerca de 170 mil de famílias foram canceladas do programa neste mês por terem renda acima das regras

estabelecidas pelo Bolsa Família. O CNIS conta com mais de 80 bilhões de registros administrativos referentes a renda, vínculos de emprego formal e benefícios previdenciários e assistenciais pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).

Em compensação, 200 mil famílias foram incluídas no programa neste mês. A inclusão foi possível por causa da política de busca ativa, baseada na reestruturação do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e que se concentra nas pessoas mais vulneráveis que têm direito ao complemento de renda, mas não recebem o benefício.

## Regra de proteção

Cerca de 2,58 milhões de famílias estão na regra de proteção em junho. Em vigor desde junho do ano passado, essa regra permite que famílias cujos membros consigam emprego e melhorem a renda recebam 50% do benefício a que teriam direito por até dois anos, desde que cada integrante receba o equivalente a até meio salário mínimo. Para essas famílias, o benefício médio ficou em R\$ 370,54.

## Auxílio Gás

O Auxílio Gás também será pago nesta terça-feira às famílias cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), com NIS final 2. O valor foi mantido em R\$ 102, por causa das reduções recentes no preço do botijão.

Com duração prevista até o fim de 2026, o programa beneficia cerca de 5,8 milhões de famílias. Com a aprovação da Emenda Constitucional da Transição, no fim de 2022, o benefício foi mantido em 100% do preço médio do botijão de 13 quilos.

Só pode receber o Auxílio Gás quem está incluído no CadÚnico e tenha pelo menos um membro da família que receba o Benefício de Prestação Continuada (BPC). A lei que criou o programa definiu que a mulher responsável pela família terá preferência, assim como aquelas vítimas de violência doméstica.

## Site:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-06/caixa-paga-bolsa-familia-beneficiarios-com-nis-de-final-2>

# Demora do INSS custa R\$ 15 mil em danos morais

A ineficiência do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) em conceder benefício previdenciário foi precificada pela Justiça. Decisão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região condenou o **INSS** por ter demorado mais de três anos e meio para aposentar uma mulher idosa de São Paulo. A Previdência levou dois anos para apreciar um pedido de aposentadoria por idade na Junta de Recursos e, quando finalmente foi aceito, gastou-se mais um ano e meio para o pagamento ser implantado, o que somente ocorreu em razão de decisão judicial. O **INSS** foi condenado em R\$ 15 mil, além dos valores devidos em atraso.

"A autarquia previdenciária não procedeu com a eficiência que se espera de um órgão público, privando a autora, por tempo considerável, de uma verba de natureza alimentar que já lhe havia sido assegurada judicialmente", fundamentou o desembargador federal Consuelo Yatsuda Moramizato Yoshida, da terceira turma do TRF da 3ª Região. De acordo com Yatsuda, está suficientemente demonstrada "a desídia da autarquia previdenciária que deixou de implantar benefício concedido administrativo, sem apresentar qualquer justificativa plausível para tanto".

Receba no seu email uma seleção de colunas e blogs da Folha

Carregando...

Em sua defesa, o Instituto justificou que a implementação do **INSS** digital, plataforma eletrônica de requerimento de benefício por canais remotos em período integral, "proporcionou aos cidadãos o direito de petição de forma irrestrita, ocasionando o elevado aumento de requerimentos administrativos".

Além de ponderar que os canais digitais geram mais trabalho para os servidores, a autarquia sustentou "que os recursos públicos são finitos e a Administração precisa eleger prioridades de atuação". Ora, o **INSS** foi criado justamente para prover a proteção social dos segurados, principalmente no caso em questão que se tratava de uma senhora idosa. Se isso não é prioridade de atuação, e principal finalidade da autarquia, qual a tarefa que seria mais importante que esta?

Apesar de existir norma que regula os prazos de

concessão de aposentadoria, que neste caso é de 30 dias para resposta de concessão de benefício, o **INSS** tem descumprido em larga escala aquilo que é fixado por lei federal.

No caso submetido ao Judiciário, uma trabalhadora de São Paulo deu entrada na aposentadoria por idade em maio de 2019, tendo o **INSS** negado cinco meses depois. Com a negativa, o processo administrativo foi levado à Junta de Recursos e gastou quase dois anos para apreciar o pedido, com a concessão do benefício. O problema é que a partir daí esqueceram de implantar o pagamento, embora o aplicativo Meu **INSS** sinalizasse para que a segurada esperasse o status de "Aguardar análise na fila".

No julgamento do processo 5004039-76.2022.4.03.6106, ficou definido que a trabalhadora não precisa provar abalo psicológico específico com essa demora. "A simples privação de verba de caráter alimentar, devida em favor de pessoa hipossuficiente, configura situação típica de dano moral in re ipsa, nos quais a mera comprovação fática do acontecimento gera uma violação presumida, capaz de ensejar indenização".

A ineficiência do **INSS** tem causado retardo significativo aos segurados que precisam se aposentar, além de gerar o assoberbamento de demandas previdenciárias no Judiciário. Pelo menos neste caso, a aposentada será ressarcida do tanto de aborrecimento que enfrentou por causa dessa desorganização do instituto.

benefício do assinante

Você tem 7 acessos por dia para dar de presente. Qualquer pessoa que não é assinante poderá ler.

benefício do assinante

assine ou faça login

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/romulo-saraiva/2024/06/demora-do-inss-custa-r-15-mil-em-danos-morais.shtml>

# Servidores do INSS farão "operação apagão" em junho por reajuste de 33% (Previdência)

Os servidores do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) representados pelo SINSSP (Sindicato dos Trabalhadores do Seguro Social e **Previdência Social** no Estado de São Paulo) iniciam, nesta terça-feira (18), "operação apagão" por reajuste salarial de 33% até 2026 e valorização da carreira de técnico do seguro social.

Os funcionários públicos vão reduzir em 20% a produção todas terças e quintas de junho, em um movimento que está sendo chamado pelo sindicato de "Reestruturação com Excelência".

O objetivo é pressionar o MGI (Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos) a fazer nova proposta à categoria. Caso as negociações não avancem, poderá haver greve.

A medida atinge tanto quem trabalha de forma presencial, nas APSs (Agências da **Previdência Social**), quanto os que estão em home office.

Segundo Pedro Totti, presidente do SINSSP, a operação não deve afetar diretamente o atendimento presencial nas agências do **INSS**, mas pode atrasar a liberação de benefícios previdenciários e assistenciais, como é o caso do BPC (Benefício de Prestação Continuada).

Totti afirma que os atendimentos presenciais e perícias marcadas seguem normalmente -peritos médicos da Previdência não fazem parte do movimento-, mas a orientação é para que os servidores não façam hora extra nos dias específicos, nem realizem trabalho a mais no home office, deixando de cumprir metas de produtividade e as que estão ligadas ao programa de enfrentamento à fila.

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

As críticas dos servidores dizem respeito à falta de reajuste neste ano. Segundo Totti, reajuste zero não é uma oferta válida aos profissionais, mas o que vem ocorrendo é que o governo, por meio do MGI, se recusa até mesmo a renegociar a valorização da categoria.

O MGI ofereceu, segundo o sindicato, reajuste de 9% em 2025 e 3,5% em 2026, o que não foi aceito. Há hoje 18 mil funcionários da Previdência, dos quais 14 mil são técnicos do seguro social, diz a entidade.

"Estamos em situação igual aos outros, de reajuste zero neste ano. E mesmo o que não depende de pauta orçamentária o governo tem negado a nós. A categoria está disposta a fazer enfrentamento como tem feito a educação."

A intenção é que a carreira de técnico do seguro social seja considerada uma carreira de estado, essencial para o funcionamento da máquina pública, mas esse não seria o entendimento do MGI, que caminha para qualificar esses servidores como de apoio.

O avanço do uso de IA (Inteligência Artificial) nas análises do **INSS** também assusta. Totti diz que metade dos benefícios negados por meio de robôs são reavaliados pelos técnicos, e a negativa se dá por falhas como erro no número do CPF ou das informações da carteira de trabalho, por exemplo, o que só pode ser evitado com análise humana.

A categoria espera, com isso, que as exigências para contratação de técnicos mudem e passem a requerer ensino superior em vez de ensino médio. "Nos próximos concursos, queremos que a exigência dos técnicos seja ter nível superior. São mais de 12 benefícios previdenciários, todos calcados em legislação", diz.

Segundo Totti, uma greve neste momento não seria interessante nem para os servidores nem para o governo, mas a paralisação poderá ocorrer.

Questionado sobre o acordo que a ministra Esther Dweck, do MGI, disse ter fechado com a categoria em 2024, quando todos receberam reajuste de 9%, ele diz que o aumento foi linear para repor perdas que todos tiveram, e que sim, houve acordo para receber aumento nos benefícios neste ano, como ocorreu com o aumento do vale-alimentação, que subiu para R\$ 1.000.

Em nota, o **INSS** afirma que não responde pelas negociações.

benefício do assinante

Você tem 7 acessos por dia para dar de presente.  
Qualquer pessoa que não é assinante poderá ler.

benefício do assinante

assine ou faça login

**Site:**

**<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/06/servidores-do-inss-farao-operacao-apagao-em-junho-por-reajuste-de-33.shtml>**

# Abono do PIS/Pasep 2024 começa a ser pago este mês

## VALOR

O abono salarial do PIS/Pasep 2024 (ano-base 2022) começa a ser pago este mês. Os primeiros a receber são os trabalhadores nascidos em janeiro. O depósito no valor de até um salário mínimo, que é de R\$ 1.412, será feito em 15 de fevereiro.

A novidade em 2024 é a unificação do calendário de pagamento para quem recebe o PIS e para quem recebe o Pasep. Antes, os **servidores públicos** eram pagos de acordo com o dígito final do número de inscrição. Neste ano, todos recebem pelo mês de nascimento.

A estimativa é de que 24,5 milhões de pessoas vão receber até um salário mínimo de fevereiro até agosto. Para saber quanto vai receber, o trabalhador deverá consultar a Carteira de Trabalho Digital ou o portal Gov.br a partir de 5 de fevereiro. Veja abaixo quem tem direito a receber o abono salarial do PIS e do Pasep em 2024.

## Quem tem direito

O abono salarial do PIS/Pasep é pago para trabalhadores com carteira assinada e **servidores públicos** que receberam salário mensal médio de até dois salários-mínimos durante o ano-base. Por isso, empregadas domésticas, trabalhadores rurais ou urbanos empregados por pessoa física não tem direito ao benefício.

## Site:

<https://digital.maven.com.br/pub/correiodesergipe/index.jsp?serviceCode=login&edicao=132280#page/6>

# Licenças maternidade e paternidade ampliadas - SERVIDOR

**Gustavo Silva**

com a direção e com servidores da Abin.

Policiais militares e bombeiros dos estados e do Distrito Federal poderão ter licença-maternidade de 180 dias e paternidade de 20 dias, sem alteração salarial. É o que propõe o texto aprovado pela Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família da Câmara dos Deputados, na última sexta-feira.

**Site:** <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

A proposta, agora, será analisada pelas comissões de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Segundo o texto, a mesma regra valeria para adoção de crianças de até 1 ano de idade, sendo de 60 dias para maiores de 1 ano.

Pelo projeto, a licença-maternidade poderá ser concedida em período anterior ao nascimento, caso haja solicitação médica. O texto prevê ainda que, em caso de bebê natimorto ou aborto, a policial militar e a bombeira terão direito à licença para tratar da saúde.

Além disso, a militar que estiver de férias ou em licença especial na época do parto terá direito aos 180 dias de descanso, acrescentado ao período que restar das férias interrompidas.

Governo federal abre mais duas mesas de negociação com o funcionalismo

O governo federal abriu, na semana passada, mais duas mesas específicas e temporárias de negociação com **servidores públicos**, desta vez com trabalhadores da **Previdência Social** e da Agência Brasileira de Inteligência (Abin). O objetivo, segundo o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), responsável pelos encontros, é discutir as demandas das categorias de forma mais direcionada.

Na primeira mesa aberta, representantes da pasta se reuniram com a direção e com servidores da Superintendência Nacional de **Previdência Complementar** (Previc). O órgão é responsável por fiscalizar e supervisionar entidades fechadas de **previdência complementar** no país.

Na segunda mesa, representantes do MGI se reuniram

# Governo prevê avanço da tributária no início de julho

**Renan Truffi, Marcelo Ribeiro e Raphael Di Cunto**

O ministro da Secretaria de Relações Institucionais (SRI), Alexandre Padilha (PT), disse na segunda-feira (17) que o governo espera que a Câmara dos Deputados aprove, na primeira semana de julho, o projeto que trata da regulamentação da **reforma tributária**. Padilha falou sobre o assunto após participar de reunião de coordenação, no Palácio do Planalto, com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e os líderes do governo na Câmara, no Senado e no Congresso Nacional.

"O presidente Lula reafirmou [na reunião de coordenação] que a prioridade do governo é acompanhar e apoiar o Congresso na regulamentação da **reforma tributária**", disse o ministro, que prevê que a votação ocorra na primeira semana de julho.

Apesar do cronograma traçado, o grupo de trabalho da Câmara dos Deputados para regulamentação da **reforma tributária** ainda está na fase de audiências públicas, que deve se estender até o dia 20 de junho. Após isso, a ideia é que os deputados tenham um texto pronto para ser divulgado em 4 de julho. Em seguida, os parlamentares pretendem aprovar o projeto no plenário entre os dias 9 (terça-feira) e 12 de julho, uma semana antes do recesso parlamentar.

Também ontem, o grupo de trabalho da Câmara que debate o texto principal da regulamentação da reforma se reuniu com técnicos do Legislativo e integrantes da equipe econômica, entre eles, o secretário extraordinário da **Reforma Tributária**, Bernard Appy, para um alinhamento da parte técnica da proposta.

Eles fizeram um "ponto a ponto" do projeto e deixaram para resolver as polêmicas apenas após a realização de todas as audiências públicas. Pontos polêmicos em torno da cesta básica e do imposto seletivo ainda serão discutidos nas audiências públicas e eles não pretendem bater o martelo antes de ouvir os setores.

Outra pauta da agenda econômica elencada como prioridade por Padilha é a medida provisória do "Programa Acredita", que visa reestruturar parte do mercado de crédito no Brasil, destacou Padilha após o encontro com Lula. Na prática, a proposta prevê um conjunto de ações destinadas a diversos segmentos, em especial famílias em situação de vulnerabilidade

socioeconômica e pequenos negócios.

O texto já está em vigor, mas para virar lei precisa ser analisado em uma comissão mista, e depois votado na Câmara dos Deputados e no Senado. O texto institui um programa de microcrédito (operações em tomo de R\$ 6 mil) para inscritos no Cadastro Único (CadÚnico). Além disso, vai fornecer garantia aos empréstimos contratados pelo público-alvo, realizado através do Fundo Garantidor de Operações (FGO), que vai receber R\$ 1 bilhão. Pelo menos metade das concessões devem ser direcionadas a mulheres.

Em relação à pauta do Senado, o ministro explicou que a prioridade para esta semana é aprovar o projeto que trata das Letras de Crédito de Desenvolvimento (LCD) do BNDES. Isso porque, com o projeto, o executivo prevê arrecadar ao menos R\$ 10 bilhões ao ano com o instrumento, que tem como objetivo viabilizar o fomento a investimentos no setor produtivo.

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187905?page=1&section=1>

# Brasil cai em ranking de competitividade mundial

**DANIELA MACIEL**

Mais uma vez o Ranking Mundial de Competitividade do IMD, que conta com a parceria técnica do Núcleo de Inovação e Empreendedorismo da Fundação Dom Cabral (FDC), não traz boas notícias para o Brasil. Na edição de 2024, o País caiu duas posições em relação ao ano passado, passando de 60º para 62º lugar no ranking geral, em um total de 67 nações avaliadas.

A decomposição do resultado mostra que o Brasil tem no tamanho da população e na diversidade do território os seus principais ativos. E quanto mais são necessários investimentos em tecnologia e inovação, piores são os resultados. Em performance econômica, o País ficou na 38ª posição; eficiência governamental, 65ª; eficiência empresarial, 61ª e infraestrutura, 58ª.

Os primeiros colocados do Ranking de Competitividade, pela ordem, são: Singapura, Suíça, Dinamarca, Irlanda, Hong Kong, Suécia, Emirados Árabes Unidos, Taiwan / China, Holanda e Noruega.

De acordo com o professor e diretor do Núcleo de Inovação e Tecnologias Digitais da FDC, Hugo Ferreira Braga Tadeu, o Brasil só não ficou pior porque países com economias muito mais frágeis estrearam na lista: Nigéria (64º), Gana (65º), além de Porto Rico (49º), que ficou melhor colocado.

Entre os vizinhos da América do Sul, Chile (44º) e Colômbia (57º) tiveram performance melhor que a brasileira. Já Peru (66º), Argentina (66º) e Venezuela (67º) - todos vivendo grave crise político-econômica - estão atrás do Brasil no Ranking de Competitividade.

"Nós pioramos porque não estamos fazendo o dever de casa. Enquanto os outros países discutem o uso da tecnologia para o desenvolvimento industrial, ainda estamos em uma agenda antiga de reformas estruturantes. Nenhuma **reforma tributária**, por exemplo, será boa o suficiente se não tivermos um plano estratégico de desenvolvimento para o País", alerta Tadeu.

A posição brasileira é a mais baixa dos últimos anos, com piora em eficiência governamental e infraestrutura em relação ao ano passado. Porém, ficou estável em eficiência empresarial e teve sua melhor posição (38º) em performance econômica.

O resultado neste último indicador pode ser explicado pelo crescimento da oferta de empregos e pela queda da **inflação**. Subsídios governamentais (4º), crescimento de longo prazo de emprego (5º), crescimento do **PIB** real per capita (5º), fluxo de investimento direto estrangeiro (5º) e energias renováveis (5º) são destaques positivos. Entretanto, educação em gestão (67º), habilidades linguísticas (67º), dívida corporativa (67º), habilidades financeiras (66º), educação básica e secundária (66º) e educação universitária (66º) estão entre os piores resultados do País.

"Precisamos avaliar a qualidade do nosso crescimento. O ranking nos mostra que os países mais competitivos estão, principalmente, na Ásia e na Europa. Em termos absolutos de crescimento econômico Estados Unidos e China puxam os resultados, mas quanto mais a análise se sofisticava, mais o crescimento se volta para a Europa. São países que além de discutir, tem uma grande capacidade de implementação de planos estratégicos de desenvolvimento baseados em uma educação voltada para a tecnologia", explica.

De outro lado, o grupo dos 10 piores classificados é composto majoritariamente por países da América Latina e África, incluindo o Brasil, com alguns da Ásia e do Leste Europeu. A África do Sul, atual membro do Brics, ficou na 60ª colocação, obtendo sua melhor posição em eficiência empresarial (48º). Os africanos possuem uma economia que está em rápido crescimento com possibilidades em inúmeros segmentos, além de ser uma porta de entrada para mercados da África Subsaariana.

Na América Latina, a Argentina obteve a penúltima posição no ranking (66º), puxada principalmente por eficiência governamental (67º) e eficiência empresarial (66º), ressaltando a necessidade de reformas econômicas e governamentais.

# Reforma tributária: indústria da Zona Franca defende mudanças em projeto do governo (Reforma tributária)

O Cieam (Centro da Indústria do Estado do Amazonas) defende mudanças no primeiro projeto de lei complementar que regulamenta a **reforma tributária** (PLP 68/2024), com foco na questão dos créditos presumidos do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) para empresas da Zona Franca de Manaus.

Em nota que será divulgada nesta semana, a entidade diz que o texto já deveria prever os percentuais desse benefício nas operações de saída de produtos para outras regiões do país, considerando os níveis atuais dos incentivos do ICMS concedidos pelo Amazonas e suas contrapartidas.

O PLP prevê que a forma de cálculo e os percentuais serão estabelecidos pelo Comitê Gestor do IBS, formado por estados e municípios, no qual o estado será minoritário.

Outros pontos citados são o prazo de prescrição dos créditos presumidos de IBS e CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), de seis meses, inferior à regra geral de cinco anos para a extinção do crédito tributário, e a vedação de compensação com outros **tributos** e o ressarcimento em dinheiro.

O projeto também veda o crédito presumido de IBS e CBS em operações internas de industrialização por encomenda em relação ao valor adicionado.

O Cieam cita ainda dois pontos.

A newsletter sobre o mundo jurídico exclusiva para assinantes da Folha

Carregando...

O primeiro é garantir que o diferencial competitivo em relação ao IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) alcance todos os produtos com industrialização incentivada na região, sem as restrições trazidas pelo art. 450.

O segundo, remover a restrição à concessão de novos incentivos somente a produtos sem similar nacional, hipótese em que o Executivo pode aplicar um IPI de até 30% para garantir o diferencial competitivo.

A entidade diz que a regulamentação da **reforma tributária** deve trazer regras objetivas que assegurem o diferencial competitivo do modelo na forma estabelecida na emenda constitucional 132/2023, "abstendo-se em delegar competência a outras instâncias" ou inovar sobre regras gerais do direito tributário que possam resultar na restrição de prerrogativas constitucionais da Zona Franca.

"A manutenção da competitividade da ZFM é uma oportunidade para garantir que o Polo Industrial de Manaus continue a ser um motor de desenvolvimento econômico para a região, responsável pela geração de aproximadamente 500 mil empregos diretos, indiretos e induzidos, contribuindo para a preservação da Amazônia brasileira para o mundo", afirma Luiz Augusto Barreto Rocha, presidente do Conselho Superior do Cieam.

benefício do assinante

Você tem 7 acessos por dia para dar de presente. Qualquer pessoa que não é assinante poderá ler.

benefício do assinante

assine ou faça login

**Site:** <https://www1.folha.uol.com.br/blogs/que-imposto-esse/2024/06/reforma-tributaria-industria-da-zona-franca-defende-mudancas-em-projeto-do-governo.shtml>

## Os créditos sem fundo

Algumas empresas estariam se creditando indevidamente do PIS/Cofins e isso é que teria gerado tanta gritaria em relação à MP 1227/24, aquela que acabou devolvida pelo Senado. É essa a informação de técnicos da Receita. Alguns créditos não eram devidos, mas as empresas estariam usando os supostos créditos para pagar **tributos** como Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro Líquido, recolhimento previdenciário e outros. Os combustíveis foram desonerados no governo Bolsonaro e, por isso, as distribuidoras não pagaram PIS/Cofins, mas querem se creditar do imposto pago pelas refinarias. Isso, numa primeira análise, daria um custo tributário de R\$ 20 bilhões.

O setor de combustíveis foi desonerado de PIS/Cofins pela lei 192 de 2022, feita pelo governo Bolsonaro para reduzir os preços da gasolina e diesel em ano eleitoral. As distribuidoras, por causa desse benefício, venderam combustível sem PIS/Cofins, ou seja, não recolheram o imposto. No entanto, algumas empresas passaram a usar os créditos do que não pagaram para quitar **tributos** em geral.

- A tributação de PIS/Cofins é monofásica no setor, exceto álcool que é bifásica. Não há tributação ao longo da cadeia. Não há lógica em distribuidora acumular crédito. Esses créditos que acumularam acabam sendo usados para "pagar" **tributos** como Imposto de Renda, Contribuição Social sobre Lucro Líquido, recolhimento previdenciário e até tributo que foi retido na fonte, como imposto de renda e contribuição previdenciária dos trabalhadores - explicou a fonte ouvida.

Como os lançamentos dos créditos são feitos pelas próprias empresas, é preciso que o assunto seja analisado, mas o entendimento é que se o setor de distribuição não pagou o PIS/Cofins não tem direito a crédito para usar em pagamento algum de imposto. O que eles entenderam, na Receita, é que o mau uso do sistema de crédito do PIS/Cofins explica uma parte grande da reação forte que houve contra a MP 1227 que foi devolvida pelo Senado.

Outra parte das críticas à MP decorreu do entendimento dos exportadores de que eles seriam atingidos. Mas a limitação de uso de crédito de PIS/Cofins não atingiria os exportadores, até porque a lógica da **reforma tributária** é a de desonerar completamente a exportação. Para os exportadores isso não ficou claro no texto da Medida Provisória e deveria ter ficado. Comenta-se na Receita que a

reação veio também de setores dos quais não se esperava que houvesse reação. Portanto, a impressão é que pode ter atingido quem estava indevidamente usando a MP.

A grita contra a MP, que não tramitará, foi generalizada, mas alguns foram mais veementes como o empresário Rubens Ometto, da Cosan e Raízen, que entre seus vários negócios tem também distribuição de combustíveis. O Instituto Brasileiro de Petróleo protestou em nota e avisou que a Ipiranga já havia **comunicado** que aumentaria os preços dos combustíveis, caso a proposta prevalecesse. O que eles dizem é que o governo tem na prática aumentado **impostos** através de medidas que reinterpretam a maneira como quitar o tributo. Fontes da Receita dizem é que nesse caso havia o objetivo de restringir o uso dos créditos do PIS/Cofins, mas o problema é que existe também o uso indevido desse crédito tributário.

Um grande nó do sistema tributário brasileiro sempre foi o excesso de subsídios, renúncias fiscais e brechas para pagamento de menos **impostos**. Em alguns casos usando direitos estabelecidos na lei e em outros casos fazendo interpretação oportunista das leis. É o que se diz na Receita estar acontecendo com o PIS/Cofins como nesse caso das distribuidoras de combustíveis beneficiadas pela lei que deu isenção desse tributo na gasolina e no diesel. Não recolheram e querem ter crédito sobre o que não recolheram.

Ontem, após a reunião com o presidente, os ministros Simone Tebet e Fernando Haddad disseram que a conta de subsídios e benefícios financeiros chegou a R\$ 646 bilhões em 2023 e que, diante do número, o presidente Lula teria ficado "extremamente mal impressionado". O TCU também já havia alertado para o custo cada vez maior dos benefícios tributários recebidos por empresas e setores no Brasil, e que se acumularam ao longo do tempo. Têm crescido sempre. No ano passado subiram 8%. Segundo Tebet, a equipe econômica, por ordem do presidente, vai se debruçar sobre o assunto.

**Site:** <https://oglobo.globo.com/blogs/miriam-leitao/coluna/2024/06/os-creditos-sem-fundo.ghtml>

# Planalto dá sinal verde para corte de despesas

» INGRID SOARES » VICTOR CORREIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva pediu, ontem, à equipe econômica que apresente alternativas para diminuir as renúncias fiscais do governo. Ele participou, ontem, de reunião da Junta de Execução do Orçamento (JEO), no Palácio do Planalto, e recebeu um conjunto de dados sobre a situação econômica do país. De acordo com ministros que participaram do encontro, o presidente ficou "mal impressionado" com o aumento dos subsídios, mas celebrou a redução na carga tributária.

O encontro ocorreu em meio a uma série de cobranças do mercado e de setores econômicos ao governo. Uma das demandas é que a gestão deixe de apostar apenas no aumento da arrecadação e passe a considerar, também, o corte de gastos. Entretanto, Lula reiterou que não considera programas de áreas estratégicas, como saúde e educação, como gastos.

Após o encontro, a equipe econômica sinalizou que deve propor cortes de benefícios fiscais no Orçamento de 2025 como forma de equilibrar as contas.

A reunião da JEO foi o primeiro passo para compor o projeto orçamentário do governo para o ano que vem.

"No plano da receita, há uma preocupação muito grande com as renúncias fiscais, que continuam no patamar de R\$ 519 bilhões. Isso em 2023", comentou o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, após a reunião. Ele e a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, deram uma breve declaração à imprensa após a reunião com Lula. Também participaram do encontro o chefe da Casa Civil, Rui Costa, e a ministra da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck.

Segundo Tebet, grande parte do encontro tratou do relatório divulgado na semana passada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que aprovou com ressalvas as contas do primeiro ano de governo. "O aumento dos gastos da Presidência está relacionado também ao aumento da renúncia dos gastos tributários.

Por exemplo, a discussão, neste ano, da desoneração da folha dos municípios.

Isso impacta no déficit da Presidência", comentou a ministra.

"Esses números foram apresentados ao presidente, e ele ficou extremamente impressionado, mal impressionado, com o aumento dos subsídios, que está batendo quase 6% do PIB do Brasil", acrescentou Tebet. O relator das contas no TCU, ministro Vital do Rêgo, deu destaque ao tema, demonstrando que, somente em 2023, foram criadas 32 desonerações tributárias com impacto de R\$ 68 bilhões sobre a arrecadação.

Tebet relatou que Lula pediu aos ministros que apresentem formas de reduzir os benefícios fiscais, pauta que já foi encampada por Haddad à frente da Fazenda. Ela destacou que propostas serão apresentadas na próxima reunião da JEO. O encontro anterior ocorreu em abril.

O governo vem sofrendo críticas sobre as contas públicas, pois tenta equilibrar o Orçamento com o aumento da arrecadação, e não com corte de despesas.

Na semana passada, falas do presidente Lula sobre o tema causaram reações contrárias no mercado, como a disparada do dólar na última quarta-feira, após discurso sobre aumento de arrecadação em fórum de investidores sauditas, no Rio de Janeiro.

Tributação O governo também recebeu críticas após a Fazenda apresentar uma medida provisória (MP) para compensar a desoneração da folha de pagamentos, limitando os créditos de PIS/Cofins a empresas de grande porte, interpretada pelo mercado como um aumento disfarçado de **impostos**. Ao falar com jornalistas, Haddad rebateu os críticos citando o próprio Lula. "A carga tributária no país caiu mais de 0,6% do PIB (Produto Interno Bruto), o que foi considerado pelo presidente como bastante significativo à luz das reclamações que o próprio presidente nem sempre compreende de setores isolados que foram instados a recompor essa carga tributária que foi perdida", comentou o ministro.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6086/18-06-2024.html?all=1>

# Revisão de gastos pode passar por mudanças na Constituição

**BIANCA LIMA E DANIEL WETERMAN**

Após reunião ontem com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a equipe econômica avalia conduzir a agenda de revisão de gastos por "dois corredores": um de curto prazo, para medidas com efeito imediato, que não dependam de negociação com o Congresso, e outro para ações de longo prazo ou que precisem de aval do Legislativo.

Nesse segundo caso, afirmam interlocutores ouvidos pela reportagem, podem ser necessárias uma ou mais Propostas de Emenda à Constituição (PECs), instrumento que exige a concordância de três quintos dos deputados e senadores em dois turnos de votação.

As discussões acontecem num momento de forte cobrança de empresários e do mercado pela revisão de gastos públicos.

Ontem, o dólar chegou a R\$ 5,42, alta atribuída à percepção de piora do quadro fiscal (mais informações na pág. B5).

Um dos temas que poderão ser alvo dessas PECs é a prorrogação da Desvinculação de Receitas da União (DRU), prevista para terminar neste ano. A informação foi antecipada pelo jornal Valor Econômico e confirmada pelo Estadão.

O mecanismo foi criado em 1994, quando recebeu o nome de Fundo Social de Emergência (FSE), e, desde então, vem sendo prorrogado como solução "tampão" ao engessamento do Orçamento. Por meio da DRU, o governo pode usar livremente 30% de todos os **tributos** federais vinculados a fundos ou despesas.

Uma das possibilidades seria uma autorização, pela Constituição, para remanejar 30% das despesas mínimas com Saúde e Educação para outras áreas. Os pisos seriam tecnicamente mantidos, mas com uma flexibilidade que hoje não existe. Assim era quando a DRU foi instituída, no governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

Os economistas ponderam, porém, que a mera prorrogação da DRU com a manutenção dos pisos - da forma como é hoje - não seria uma medida de redução de gastos, mas um remendo ao Orçamento. A

PEC da Transição, aprovada no fim de 2022, prorrogou o mecanismo até dezembro deste ano.

O timing de apresentação dessas PECs ao Congresso dependerá de decisão do presidente, que ontem se reuniu com os ministros da Junta de Execução Orçamentária (JEO) para um primeiro panorama do cenário das despesas.

À saída do encontro, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que o presidente se "apropriou" dos números sobre a evolução de gastos federais com "bastante atenção", e abriu espaço "importante" para a discussão do tema. Segundo Simone Tebet (Planejamento), Lula teria ficado "mal impressionado" com o aumento das renúncias fiscais.

Reunião

Segundo Haddad, Lula abriu espaço "importante" para discutir corte de gastos

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Países devem ter espaço fiscal para mitigar efeito da IA, diz FMI

**Luiza Palermo De São Paulo**

A política fiscal tem papel fundamental no impacto que a inteligência artificial (IA) terá sobre a economia dos países, alerta um estudo do Fundo Monetário Internacional (FMI), publicado ontem. De acordo com o Fundo, governos terão de se preparar para ampliar o auxílio financeiro aos desempregados, investir mais em educação e elevar **impostos** sobre lucros para mitigar esses custos.

Embora a IA possa eventualmente aumentar o emprego e os salários globais, o FMI ressalta que as novas ferramentas também podem deixar grandes segmentos da força de trabalho desempregados por períodos prolongados, resultando em uma transição dolorosa.

"Lições de ondas passadas de automação e modelagem do FMI sugerem que um seguro-desemprego mais generoso poderia amortecer o impacto negativo da IA sobre os trabalhadores, permitindo que aqueles deslocados encontrem empregos que correspondam melhor às suas habilidades", diz o relatório.

Com o potencial que a IA tem de substituir empregos, o Fundo afirma que programas abrangentes de assistência social serão necessários em um quadro de desemprego de longo prazo ou demanda reduzida por mão de obra local.

Nas economias em desenvolvimento, o impacto da IA será diferente do que nas avançadas, à medida que esses países têm uma parcela menor de ocupações mais qualificadas e, portanto, estão menos expostos à IA, mas também têm menos proteção por meio de programas formais de proteção social, como o seguro-desemprego, devido aos maiores setores informais em suas economias.

"Países com mais espaço fiscal e capacidade de aumentar efetivamente o apoio à renda e os Programas Ativos do Mercado de Trabalho (ALMPs, na sigla em inglês) podem mitigar significativamente os impactos do choque e realizar mais rapidamente os benefícios de produtividade mais elevados", afirma o relatório.

Segundo o FMI, a disseminação da IA generativa terá

grandes implicações para os sistemas tributários, pois pode levar a um declínio adicional na parcela da renda total dos trabalhadores e a um novo aumento na parcela que vai para os proprietários de capital.

Mas o Fundo desaconselha um imposto sobre a IA, tendo em vista que um imposto específico sobre as ferramentas poderia reduzir a velocidade de investimento e inovação. Em vez disso, o FMI sugere o aumento dos **impostos** sobre a renda das empresas para compensar a crescente desigualdade causada pela IA e mitigar o aumento da desigualdade de riqueza. Desde os anos 80, a carga tributária sobre a renda de capital tem diminuído nas economias avançadas, enquanto a carga sobre a renda do trabalho tem aumentado.

"O imposto mínimo global acordado por mais de 140 países, que estabelece uma taxa de imposto efetiva mínima de 15% para as empresas multinacionais, é um passo na direção certa", diz o FMI. "A prioridade deve ser garantir que as aplicações beneficiem amplamente a sociedade, aproveitando a IA para melhorar os resultados em áreas como a educação, a saúde e os serviços governamentais. E dado o alcance global desta nova e poderosa tecnologia, será mais importante do que nunca que os países trabalhem em conjunto."

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187905?page=1&section=1>

# Haddad prevê carga tributária menor e promete revisões

A informação sobre a carga tributária do país ter diminuído em 2023 teria trazido "surpresa" ao presidente Lula, conforme relatou o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, após reunião da Junta de Execução Orçamentária no Planalto.

Segundo o Tesouro Nacional, a proporção entre **impostos** pagos e a riqueza total do país somou 32,44% do Produto Interno Bruto (**PIB**) em 2023. A arrecadação da União, dos estados e municípios somou R\$ 3,52 trilhões no ano passado, enquanto o **PIB** totalizou R\$ 10,85 trilhões. O ministro não detalhou um comparativo, mas disse que foram apresentadas séries históricas desde o governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

"Nós nos debruçamos sobre isso para ele ver a evolução tanto no agregado quanto das unidades de contas específicas", assinalou Haddad. Após reações negativas do mercado e cotação do dólar em alta nas últimas três semanas, a equipe econômica decidiu intensificar a agenda de trabalho sobre gastos públicos, ou seja, o grupo deve dar mais atenção à revisão de despesas.

Haddad enfatizou ainda que o presidente "se apropriou dos números com muita atenção".

O ministro afirmou que a revisão de cadastros de bancos de dados de benefícios previdenciários e assistenciais poderá abrir espaço no Orçamento. O objetivo deve ser excluir pessoas que não têm direito. No ano passado o governo iniciou um processo de revisão do cadastro do Bolsa Família, o que permitiria reduzir despesas de R\$ 7 bilhões por ano. Ao mesmo tempo, há estimativa de economia de R\$ 9 bilhões no Orçamento de 2024, o que seria possível a partir do trabalho de uma força tarefa para excluir do cadastro do **INSS** pessoas que recebam benefícios indevidamente.

**Site:**

<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/?edicao=11116>

# "Compromisso com o arcabouço fiscal"

O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, disse que o governo tem compromisso com o arcabouço fiscal e acabou com o que chama de "gastança" herdada pelo governo anterior de Jair Bolsonaro. A declaração ocorre após o mercado intensificar a pressão para que o governo corte gastos, diante de crescente desconfiança dos investidores com o compromisso de Lula com o equilíbrio das contas públicas.

"O governo fechou várias torneiras criadas pelo governo anterior, de auxílios criados de forma irresponsável, de execução de fraudes desses auxílios. Então esse espírito de acabar com as "gastanças" feitas pelo governo anterior e de buscar sempre a qualidade efetividade dos gastos do investimento está permanente no governo", disse Padilha a jornalistas no Palácio do Planalto.

Apesar do discurso de austeridade fiscal, o governo Bolsonaro acelerou os gastos públicos no seu último ano de mandato com a criação de auxílios e benefícios sociais, em busca da reeleição.

Com apoio do Congresso, Bolsonaro também postergou o pagamento de precatórios, o que gerou uma bola de neve para o sucessor.

Muitas despesas ficaram fora do Orçamento do primeiro ano do governo Lula, o que levou à negociação da chamada PEC da Transição, que subiu em R\$ 168 bilhões o espaço permanente de despesas.

"Em nenhum momento o governo estuda mudança no arcabouço fiscal", disse Padilha. "Nós temos compromisso com o arcabouço fiscal criado. Nós reafirmamos o esforço de cumprimento das metas ousadas que estabelecemos, e é fundamental perseguir metas ousadas e mais uma vez vamos provar que o governo liderado pelo presidente Lula é aquele que melhor combina responsabilidade social e responsabilidade fiscal", acrescentou. O titular da pasta da articulação política falou após reunião com o presidente, líderes do Congresso e o ministro Fernando Haddad. Em seguida, Lula fez rara participação de reunião da Junta de Execução Orçamentária, com Haddad, Esther Dweck (Gestão), Rui Costa (Casa Civil) e Simone Tebet (Planejamento).

O risco de mudança das regras do arcabouço fiscal para acomodar o crescimento das despesas

obrigatórias entrou no radar após encontro de Haddad com instituições financeiras, em 7 de junho.

Após a reunião, rumores sobre uma possível mudança no arcabouço fiscal passaram a circular, o que levou à disparada do dólar diante do temor sobre a situação fiscal do Brasil e enfraquecimento do ministro da Fazenda.

## SAIBA MAIS

O arcabouço fiscal é um conjunto de regras que têm como objetivo evitar que o governo gaste mais do que arrecada. No antigo teto de gastos, o aumento das despesas públicas de um ano estava condicionado à evolução da **inflação**. Isso significa que o governo só podia gastar o equivalente à **inflação** medida no ano anterior. Já o arcabouço fiscal prevê que o aumento de gastos acompanhe a evolução das receitas públicas, até o limite de 70%. Por exemplo, se de um ano para o outro a arrecadação crescer 2%, o governo só poderá gastar 1,4% a mais.

### Site:

<https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/?edicao=17766>

## "Mal impressionado"

Os ministros da Fazenda, Fernando Haddad, e do Planejamento, Simone Tebet, fizeram uma apresentação do quadro fiscal do país ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, com ênfase no detalhamento da análise do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre as contas do primeiro ano do governo e sobre o tamanho dos gastos tributários. De acordo com Tebet, Lula ficou "mal impressionado" com o aumento da renúncia fiscal e possíveis soluções para a elevação das despesas serão apresentadas a Lula em uma próxima reunião da Junta de Execução Orçamentária (JEO).

"São duas grandes preocupações.

Houve crescimento dos gastos da Previdência e de gastos tributários, da renúncia.

O próprio relatório do TCU mostra que há uma intersecção entre esses gastos", disse Tebet após o encontro. "Lula ficou extremamente impressionado, mal impressionado, com o aumento dos subsídios que estão batendo quase 6% do **PIB** do Brasil.

Estamos falando de renúncia fiscal, mas também de benefícios financeiros e creditícios", disse.

Segundo Tebet, a soma desses gastos - com renúncia fiscal e benefícios financeiros e creditícios - atinge R\$ 646 bilhões, sendo que só os benefícios tributários somam R\$ 519 bilhões. Lula pediu que a equipe econômica se debruce sobre esses números para apresentar alternativas.

Haddad também acrescentou que a equipe já apresentou ao presidente dados para a formulação da proposta de lei orçamentária de 2025, além de dar informes sobre a execução do orçamento deste ano.

"Teve uma ênfase muito grande no relatório do TCU. Sobre a receita, há uma preocupação muito grande com as renúncias fiscais, que continuam num patamar de R\$ 519 bilhões, isso em 2023", disse.

### Despesas

A reunião também tratou da evolução de despesas. Haddad também disse que o time se concentrou em apresentar explicações a Lula sobre a redução da carga tributária do país, tendo em vista a pressão de setores sobre as medidas de correção da erosão fiscal que estão sendo tomadas pela Fazenda.

Um exemplo é a MP que limitava o uso de créditos de PIS/ Cofins, amplamente rechaçada pelo setor produtivo e que acabou devolvida pelo Congresso.

Segundo Haddad, Lula recebeu um quadro fiel da situação fiscal do país, principalmente em relação à evolução de gastos com renúncia fiscal e o volume da carga tributária. Ele considerou a reunião produtiva e importante para que Lula tenha mais familiaridade com a execução orçamentária desse ano.

Após dar uma declaração no Planalto, Haddad falou com a imprensa brevemente ao voltar para a sede da Fazenda em Brasília. Segundo ele, para o encontro realizado mais cedo, a Casa Civil, o Planejamento e a Fazenda prepararam vários gráficos para que Lula possa compreender a evolução das despesas, e o impacto dessa trajetória, a fim de que o presidente se familiarize com os dados e com uma "proposta de equacionamento dessas questões".

"Não é o primeiro orçamento que ele fecha, já está no décimo ano (de governo), ele está muito familiarizado e habituado com esse debate. Mas foi uma reunião muito produtiva, senti o presidente bastante mais senhor dos números, se apropriou dos números com bastante atenção, abriu espaço importante de discussão dessas questões", disse o ministro da Fazenda.

Haddad afirmou ter apresentado a Lula um cenário de evolução das receitas e despesas, além dos principais gastos com programas do governo. Questionado se foi tratado sobre desindexação no Orçamento, o ministro respondeu que foram discutidos "todos os cadastros", sem responder diretamente à pergunta.

### Espaço orçamentário

Ele citou a experiência com o saneamento de cadastros que foi feito em razão do auxílio prestado ao Rio Grande do Sul, levando em conta sobre como essa experiência pode liberar, a nível federal, espaço orçamentário para acomodar outras despesas, e garantir um patamar "adequado" dos gastos discricionários.

"Tomamos até a experiência do Rio Grande do Sul recente, o trabalho de saneamento dos cadastros, o que isso pode implicar em termos orçamentários do ponto de vista de liberar espaço orçamentário para acomodar outras despesas e garantir que despesas discricionárias continuem em patamar adequado para

os próximos anos", afirmou Haddad.

#### Séries históricas

O ministro repetiu que o presidente ficou surpreso com a redução da carga tributária registrada no ano passado. Durante a reunião, a equipe econômica fez um detalhamento da análise do Tribunal de Contas da União sobre as contas do primeiro ano do governo.

"(Lula) ficou até surpreso com a notícia de que a carga tributária no ano passado caiu, porque alguns grupos de interesse reclamam e não veem a conformação do todo", avaliou Haddad.

Segundo Haddad, durante o encontro, também foram apresentadas séries históricas desde o governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. "Nos debruçamos sobre isso para ele ver a evolução tanto no agregado quanto das unidades de contas específicas para que ele pudesse fazer acompanhamento preciso e pudesse tomar as decisões corretas para seguirmos com a nossa agenda de em relação ao **PIB**, fazermos recomposição para buscar o equilíbrio das contas", reiterou. (Da Agência Estado)

**519 BILHÕES DE REAIS SÃO OS GASTOS APENAS COM BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS**

**Site:**

**<https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/?edicao=17766>**

# Benefícios vão elevar despesas em R\$ 82,5 bi

**BIANCA LIMA DANIEL WETERMAN**

O pagamento do Benefício de Prestação Continuada (BPC), do seguro-desemprego e do abono salarial vai exigir um aumento de R\$ 82,5 bilhões em despesas no Orçamento da União até 2028, em comparação com as estimativas de 2024, de acordo com projeções do governo no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2025.

A equipe econômica defende internamente uma revisão de gastos com esses benefícios, mas ainda não há um plano de cortes no Orçamento - que cada vez mais é pressionado pelo avanço das despesas obrigatórias e pela necessidade de cumprir o arcabouço fiscal.

Em reunião ontem com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que a equipe apresentou um cenário de evolução das receitas e despesas e "todos os cadastros" foram debatidos.

Os benefícios são vinculados ao salário mínimo, com crescimento real (acima da **inflação**), e há resistência no governo em fazer a desvinculação - assim como a revisão dos pisos mínimos de saúde e educação.

No sábado, Lula admitiu uma discussão sobre os gastos, mas afirmou que o governo não fará ajustes que afetam a população mais pobre.

Em audiência na Comissão Mista de Orçamentos (CMO) do Congresso na semana passada, a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, citou a possibilidade de o governo rever benefícios como o BPC, o seguro-desemprego e o abono salarial, sem mexer em aposentadorias e pensões.

Só com o BPC, pago a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda, o governo projeta aumento de R\$ 99,2 bilhões neste ano para R\$ 154 bilhões nas despesas em 2028, com crescimento de 1,3 milhão no número de beneficiários, de acordo com estimativas do Ministério do Desenvolvimento Social.

No caso do seguro-desemprego, o número de beneficiários aumentaria de 7,8 milhões em 2024 para 8,38 milhões daqui a quatro anos, com as despesas crescendo de R\$ 51,6 bilhões para R\$ 69,4 bilhões no

período, exigindo um aumento de R\$ 17,8 bilhões no Orçamento, segundo estudo do Ministério do Trabalho e Emprego.

Em relação ao abono salarial, concedido aos trabalhadores que recebem até dois salários mínimos por mês, o aporte adicional seria de R\$ 9,9 bilhões entre a projeção de gastos em 2024 e a estimativa para 2028.

O Ministério do Trabalho afirmou que estuda os fatores de expansão do seguro-desemprego e do abono salarial. O Ministério do Desenvolvimento Social, o Ministério do Planejamento e o Ministério da Fazenda não comentaram as projeções.

Despesas previstas

Benefício de Prestação Continuada, abono salarial e seguro-desemprego pressionam o Orçamento

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# "A sociedade paga impostos e está chegando ao limite"

**CARLOS EDUARDO VALIM**

Flávio Roscoe Empresário mineiro do setor têxtil, está no segundo mandato, que termina em 2025, como presidente da entidade

A repercussão e devolução da medida provisória que limitava o uso de créditos de PIS/Cofins pelas empresas, editada pelo governo Lula, trouxe na semana passada uma crise sem precedentes para a atual equipe econômica liderada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

A reação mais forte veio dos empresários do setor industrial, que se sentiram prejudicados depois de muitas promessas de que o governo priorizaria a reindustrialização.

Um dos representantes do setor e ligado à indústria têxtil, Flávio Roscoe, presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), explicou a reação empresarial ao governo.

Leia os principais trechos da entrevista: Chegou-se ao limite do que as empresas topam pagar para manter a máquina estatal?

Na verdade, quem paga o conjunto de **impostos** cobrados é a sociedade, e ela está chegando ao seu limite. Os empresários têm dificuldades de botar esses custos nos preços. À medida que você vai colocando mais e mais **tributos**, o consumo daquele produto tende a cair. É quanto mais tributo existe, menor é a disponibilidade de a sociedade consumir. Assim, mais recurso vai para a mão do governo, que geralmente gasta mal e concentra recursos. Existe essa percepção equivocada por boa parte da sociedade de que o dinheiro na mão do governo é bom. Mas significa menos dinheiro na mão das pessoas. É menos dinheiro para o que dá o dinamismo da economia.

Já tem mais na mão do governo do que deveria?

O governo já esteriliza mais de 40% do **PIB** com uma péssima prestação de serviço público.

Ou seja, ele se apropria de mais de 40% de toda a riqueza gerada no País e ele quer mais.

Infelizmente, para esse governo, nunca é o suficiente. O que a gente vê hoje, com essa grita geral, é que a cada três meses o governo lança uma nova bomba tributária, para poder gastar mais dinheiro. E isso nem é para equilibrar as contas públicas.

Na medida que gasta, o governo arruma mais despesas também, para atender algumas pessoas, alguns grupos ou alguns segmentos que são caros ao governo. Então, eu acho que o que acontece agora é um movimento maduro de dizer: "Olha, isso tira a competitividade da economia brasileira".

Por que a indústria está sendo especialmente crítica nesse momento?

A indústria é aquele setor que o governo diz que é importante.

O mundo todo está dizendo que é importante e que é importante revitalizar. Mas, a cada três meses, o governo lança um pacote para tributar aquilo que ele chama de importante.

A narrativa do governo é ótima.

Só que a prática é horrorosa.

É o oposto da narrativa. Fala uma coisa e faz outra. Somos um país que não dá competitividade para a sua indústria. Há um excesso de burocracia e uma carga tributária excessiva.

Então, qual é a receita para o governo reverter esse momento de mau humor?

Ninguém está falando de redução de gastos. Ninguém está falando das novas tecnologias que já deveriam ter sido incorporadas no Poder Público, o que não é feito, porque existe todo esse corporativismo. O mundo está mudando drasticamente.

Quem está no setor privado, tem de pular. Se não pular, morre. E o governo está aquele paquiderme lá, do mesmo jeito, e toda hora batendo na porta da sociedade e falando: "Quero mais, me manda mais". Chegou. Temos de dar um basta nisso.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Mercado vê Selic parada em 10,5% e o IPCA a 3,96%

Na semana em que o Comitê de Política Monetária (Copom) vai se reunir, o mercado elevou a projeção da Selic para 2024 para 10,50% ao ano, ante 10,25% da última semana. Há um mês, o patamar para a Selic era de 10%. Os dados são do Boletim Focus (compilação das projeções do mercado) divulgado ontem pelo Banco Central.

Além da alta da Selic, o mercado voltou a elevar e expectativa para a **inflação** deste ano pela sexta semana consecutiva.

A projeção do IPCA para 2024 passou de 3,90% para 3,96%. Há um mês, a mediana do índice era de 3,80%. Para 2025, foco principal da política monetária, a projeção subiu de 3,78% para 3,80%, ante 3,74% de um mês atrás.

O governo já sinalizou a manutenção da meta de **inflação** em 3% para este e os próximos anos, mas ainda não publicou o decreto para regulamentar a meta contínua, o que deve ocorrer até o fim deste mês.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Projeções de dólar e juro voltam a piorar, diz BC

LUANA REIS

Analistas de mercado consultados pelo Banco Central (BC) veem o dólar a R\$ 5,13 no fim deste ano, ante a estimativa de R\$ 5,05 registrada na semana passada, de acordo com a edição semanal do Boletim Focus divulgado ontem. Um dos efeitos colaterais de uma taxa de câmbio mais elevada é um aumento nas pressões inflacionárias, o que poderá levar o BC a tentar esfriar a economia com juros mais elevados. Por isso, as projeções agora apontam que a taxa básica (Selic, hoje em 10,5% ao ano) permanecerá inalterada, sem novos cortes, até dezembro.

O câmbio vem acumulando sucessivas altas nas últimas sessões e, ontem, encerrou as negociações a R\$ 5,42. Desde o início do ano, a moeda americana subiu quase 12%.

Em janeiro, a expectativa do Focus era que a moeda encerrasse o ano a R\$ 4,92. Nas últimas semanas, a cotação do dólar e as taxas de juros têm subido com uma piora na perspectiva de desequilíbrio nas contas do governo - diante de questionamentos sobre a capacidade de a meta fiscal deste ano ser atingida - e com a expectativa de que os juros também fiquem mais elevados por mais tempo nos EUA.

## O PRIMEIRO A REAGIR

Embora esses fatores conjunturais não sejam exatamente uma novidade, Felipe Passero, sócio da InvestSmartXP, explica que as cotações e as projeções continuam piorando porque ainda não há uma solução clara do governo para o desajuste das contas: -Por enquanto, ainda não há exatamente um "teto" para essa alta do dólar por conta disso. O mercado também se questiona se (o presidente Luiz Inácio) Lula (da Silva) será capaz de fazer isso. Pode ser que as expectativas piorem ainda mais.

Para Passero, o mercado esperava maior influência no governo do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que tem sido visto como uma autoridade comprometida com o ajuste das contas.

Lucas Farina, economista da Genial Investimentos, explica que o dólar é a primeira variável do mercado que começa a reagir quando a percepção de risco doméstico aumenta entre os investidores: -O mercado

precisa ver o governo de fato discutindo revisão dos gastos e equilíbrio fiscal. É importante ver que há disposição para resolver isso, mas parece não ser uma prioridade, então os ativos refletem isso.

A projeção da Selic para o fim do ano subiu no Boletim Focus divulgado ontem, ante os 10,25% apontados na pesquisa da semana passada. Essa elevação confirma a visão majoritária de que o ciclo de cortes de juros se encerra amanhã, na reunião deste mês do Comitê de Política Monetária (Copom) do BC. No início do ano, a perspectiva era de que a Selic cairia para um dígito até dezembro.

O economista da Genial Investimentos destacou que, nos últimos dias, há um clima de cautela no mercado, às vésperas da reunião do Copom, e avalia que o mercado estará atento para o posicionamento dos diretores do BC indicados pelo atual governo.

Na reunião anterior, houve uma divisão na votação que gerou desconforto entre os investidores e analistas, porque os membros mais antigos demonstraram uma posição mais restritiva, enquanto os indicados pelo atual governo votaram a favor de uma diminuição maior da taxa de juros.

## EXPECTATIVA DE INFLAÇÃO

Pesquisa do Valor Data com 59 bancos e casas de análise mostrou que a média das projeções de analistas para a Selic em 2024 é de 10,50%. Nenhum dos integrantes do levantamento estima um aumento na taxa básica de juros neste ano.

A projeção para inflação no fim de 2024 subiu de 3,90%, na semana passada, para 3,96%, segundo o Focus. A previsão de crescimento do PIB caiu levemente, de 2,09% para 2,08%.

Para 2025, as previsões de inflação, juros e dólar também foram revisadas para cima. O índice de preços deve fechar o ano que vem em 3,8%, segundo o Focus, ante 3,78% de projeção na semana anterior. E a expectativa é que os juros terminem 2025 em 9,5%, ante 9,25% na previsão anterior. A estimativa para o dólar subiu de R\$ 5,09 para R\$ 5,10.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Brasil piora em ranking de competitividade global

**JULIANA CAUSIN** *juliana.causin@oglobo.com.br* SÃO PAULO

Pelo quinto ano consecutivo, o Brasil aparece entre as dez piores posições no ranking que mede o nível de competitividade das nações, feito pelo Institute for Management Development (IMD), com sede na Suíça. Na edição deste ano, divulgada hoje, o país aparece em 62- lugar entre 67 países, queda de duas posições em relação ao ano passado.

O levantamento, que está na 36- edição, leva em consideração 336 indicadores econômicos dos países analisados, agrupados em quatro grupos. Neste ano, três países foram incluídos na avaliação: Nigéria, Gana e Porto Rico.

O topo do ranking é dominado por países asiáticos e europeus, com a liderança de Cingapura, seguido por Suíça, Dinamarca, Irlanda, Hong Kong e Suécia. Nas piores posições, há um predomínio de países latino-americanos e africanos, com a lanterna ocupada pela Venezuela (67°), a Argentina (66°) e Gana (65°).

Entre os quatro principais fatores do levantamento, que traz uma análise comparativa das economias, o Brasil aparece com a pior posição no indicador de "eficiência governamental" (65-), puxado pelos resultados ruins em custo de capital e igualdade de oportunidades. Em "eficiência empresarial" (61- lugar), a dívida corporativa e a produtividade e qualidade da mão de obra pesam no resultado.

O indicador de "performance econômica" (38-) é o que o país tem o melhor desempenho, alavancado pelo crescimento na oferta de empregos e no **PIB** real per capita. Em "infraestrutura", o Brasil aparece na 58- posição, com gargalos em conhecimento e tecnologia.

O subfator em que o Brasil aparece mais bem posicionado nos indicadores avaliados é o de subsídios governamentais, em quarto lugar. O estudo aponta para a criação do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), como fator que puxou esse indicador, com previsão de investir R\$ 1,4 trilhão até 2026.

Em outros quatro indicadores, o país aparece bem posicionado, em quinto lugar: crescimento de longo prazo de emprego; crescimento do **PIB** real per capita;

fluxo de investimento direto estrangeiro; e energias renováveis.

## MELHORA CIRCUNSTANCIAL

A Fundação Dom Cabral (FDC), parceira do IMD no ranking, avalia que a performance brasileira mostra fragilidades. Hugo Tadeu, diretor do Núcleo de Inovação e Tecnologias Digitais da FDC e líder da pesquisa no Brasil, chama atenção para a melhora do país em subindicadores como **PIB** per capita e fluxo de investidores estrangeiros, que não foram "estruturais, mas circunstanciais": - Deveríamos escolher políticas educacionais para setores de interesse.

Em três aspectos avaliados, o Brasil aparece como o pior entre as nações avaliadas: dívida corporativa; educação em gestão; e habilidades linguísticas (capacidade de escutar, falar, ler e escrever). Tadeu avalia que "falta para a educação um claro plano estratégico, casado com os interesses de crescimento do país".

No topo do ranking de competitividade, Suíça e Cingapura se destacam pela liderança também em todos os níveis de educação. A FDC sugere que o Brasil deveria ampliar programas de formação profissional e técnica, para preparar alunos para o mercado de trabalho.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Brasil vai para o fim da fila da competitividade

**Rafael Vazquez De São Paulo**

O Brasil caiu mais duas posições e agora está em 62º lugar no Ranking Mundial de Competitividade elaborado pelo International Institute for Management Development (IMD), que conta com a colaboração do Núcleo de Inovação e Tecnologias Digitais da Fundação Dom Cabral. O ranking conta com a participação de apenas 67 países.

É a quarta queda consecutiva do Brasil desde 2020, quando ocupava o 57ª lugar.

Cingapura subiu três posições e alcançou o primeiro lugar este ano, desbancando Suíça (2-), Dinamarca (3-) e Irlanda (4-), que ocupavam o pódio no anuário do ano passado.

De acordo com a análise oficial do ranking, todos esses países têm economias pequenas, mas conseguem resultados por possuírem boa estrutura institucional e utilizarem bem seus acessos a mercados e a parceiros comerciais.

Cingapura, por exemplo, se tornou um centro internacional na Ásia devido à infraestrutura tecnológica avançada, instituições sólidas e um mercado atrativo, com empregos, inovação e oportunidades, o que justifica sua liderança, segundo a conclusão do levantamento.

**Liderança dos pequenos**

As dez primeiras colocações são ocupadas por países menores da Ásia e da Europa, enquanto Estados Unidos e China, que possuem as duas maiores economias do mundo, estão na 12-e na 14-posições, respectivamente.

Isso acontece porque, além da performance econômica, o ranking mede fatores como a eficiência governamental, a eficiência empresarial e a infraestrutura das 67 nações avaliadas - este ano entraram na lista Porto Rico (49a), Nigéria (64a) e Gana (65a).

"A competitividade de uma economia não se resume apenas ao **PIB** e à produtividade, visto que as empresas também têm que lidar com aspectos políticos, sociais e culturais", explica Hugo Tadeu,

diretor do núcleo de inovação e tecnologias digitais da Fundação Dom Cabral (FDC) e líder da pesquisa no Brasil. "Nesse sentido, os governos devem fornecer um ambiente favorável ao desenvolvimento e crescimento de negócios, com infraestruturas, instituições e políticas adequadas e eficientes que incentivem as empresas."

Segundo Tadeu, a queda do Brasil no ranking foi puxada pela piora em eficiência governamental e em infraestrutura em relação ao ano passado. Porém, ficou estável em eficiência empresarial (61a) e teve sua melhor posição (38a) em performance econômica. O resultado nesse último indicador pode ser explicado pelo crescimento da oferta de empregos e pela queda da **inflação**.

**Boas e más avaliações**

Apesar do desempenho geral, em alguns subindicadores o Brasil foi bem avaliado. Subsídios governamentais (4a), crescimento de longo prazo de emprego (5a), crescimento do **PIB** real per capita (5a), fluxo de investimento direto estrangeiro (5a) e energias renováveis (5a) foram os destaques positivos.

Nos quesitos educação em gestão, habilidades linguísticas e dívida corporativa, o país ficou em último lugar-ou seja, na 67-em cada um desses quesitos. Em relação a habilidades financeiras, educação básica e secundária e educação universitária foi o penúltimo (66 - posição em cada).

Para o diretor e professor da FDC, a sociedade brasileira perde muito tempo e energia com debates ideológicos envelhecidos e deixa de discutir temas fundamentais como a necessidade de investimentos em ciência, tecnologia, inovação e formação de mão de obra qualificada para as funções do século XXI.

**Asfixia produtiva**

"Nós estamos caindo no ranking por nossas incompetências. Estamos asfixiando a cadeia produtiva brasileira. O custo de capital está ficando cada vez maior. Tem muito Brasília e pouco Brasil", diz Tadeu, ao criticar não apenas a classe política do país, mas também a concentração de recursos no governo federal. "Não estamos focando em ciência, tecnologia, inovação e formação de mão de obra como

deveríamos e deixando indústrias que podem ser relevantes para o crescimento", acrescenta.

Para o especialista da FDC, embora uma **reforma tributária** que reduza a carga tributária sobre a indústria de transformação seja bem-vinda, é importante que o governo ajude a melhorar o ambiente de negócios como um todo e que promova uma formação de mão de obra mais técnica para suprir a demanda em tecnologia e inovação.

"A **reforma tributária**, sozinha, não vai parar em pé. Ela é importante porque o Brasil cresce por uma base de serviços, mas o mundo cresce por uma base industrial lastreada por pesquisa e desenvolvimento", diz. "Por trás de uma tecnologia como um ChatGPT, por exemplo, existe um parque industrial para criar isso junto com gente de altíssima qualidade e que investe com custo de capital baixo."

Nessa linha, Tadeu sugere que não se deve onerar o setor financeiro porque ele ajuda a alocar recursos que apoiam empresas de ciência e tecnologia. "Para o futuro que desejamos, precisamos da **reforma tributária**, formação de mão de obra e atração de fundos para fazer investimento em empresas da indústria em solo nacional. Não se deve trazer tudo de fora. Precisa dar formação de mão de obra, intelecto aqui dentro para sustentar o crescimento", diz.

"Se não pusermos uma lupa na Formação Bruta de Capital Fixo do país, vamos continuar atrás de uma agenda para o país, o que é triste porque o Brasil tem muito potencial, mas fica preso em ideais imaginários".

Ele ainda critica debates entre economistas ortodoxos e heterodoxos que, na sua visão, já perderam o sentido. "O que precisa é de uma agência de ciência e tecnologia que determine onde ter um polo industrial específico, onde vai atrair capital, coisas objetivas que seriam benéficas para o país."

#### Melhora na educação

Tadeu pontua que, para reverter as quedas sucessivas no ranking de competitividade do IMD desde 2020, precisa urgentemente melhorar a qualidade do ensino nas escolas e universidades. "O problema não é a quantidade de recursos, mas sim a qualidade da alocação e a execução nas escolas. Se aprofundar mais, o problema tem sido inclusive a qualidade dos professores que costumam atuar mais como pedagogos do que como professores", afirma.

O diretor da FDC defende que os professores brasileiros e também os diretores das escolas precisam perder a resistência em ter seus métodos avaliados e que precisam aprender a entregar

resultados em relação à qualidade do ensino. "Nossos alunos têm sido aprovados automaticamente tanto no ensino público como no privado, em algumas instituições", diz. "E as próprias universidades viraram palco de ideologias, enquanto deveriam estar focadas para ciência e tecnologia", reforça, afirmando que o sistema de ensino como um todo, no Brasil, precisa formar mão de obra mais qualificada para as empresas serem mais competitivas internacionalmente.

"Nós estamos caindo no ranking por nossas incompetências" Hugo Tadeu

#### Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187905?page=1&section=1>

# Volta da DRU vira alternativa para aliviar questão fiscal

**Lu Aiko Otta e Marta Watanabe (Colaboraram Renan Truffi, Guilherme Pimenta e Gabriela Pereira, de Brasília)**

Na revisão "ampla, geral e irrestrita" que pretende fazer dos gastos federais, a área econômica analisa um instrumento antigo, a Desvinculação das Receitas da União (DRU), como forma de aliviar a pressão do crescimento das despesas obrigatórias sobre o Orçamento, apurou o Valor.

Criada em 1994 com o nome "Fundo Social de Emergência", a DRU permitia ao Executivo realocar em outras áreas até 20% das receitas "carimbadas" para saúde, educação e Previdência.

A DRU vigora até o fim deste ano, graças à PEC da Transição. Porém, está muito distante de sua versão original, que serviu para flexibilizar o Orçamento por mais de uma década. Com o tempo, o mecanismo foi desidratado e hoje não incide mais sobre as receitas vinculadas para Previdência e educação, por exemplo.

Agora, a ideia de algo como a antiga DRU retoma à mesa como parte do amplo cardápio de propostas em estudo pelos técnicos da área econômica, com o intuito de buscar o déficit zero em 2025 e promover ajuste estrutural no Orçamento pelo lado das despesas.

A linha prioritária desses debates tem sido a "modernização" das vinculações - e não um corte linear delas, como estabelece a DRU. No entanto, os técnicos querem manter todas as propostas sobre a mesa, para que passem pelo filtro político. O debate deverá se estender pelas próximas semanas, até o fechamento do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2025, no dia 31 de agosto.

Uma primeira discussão sobre a necessidade de atuar pelo lado das despesas reuniu ontem o presidente Luiz Inácio Lula da Silva com os ministros da Fazenda, Fernando Haddad, do Planejamento, Simone Tebet, da Casa Civil, Rui Costa, e da Gestão, Esther Dweck - os integrantes da Junta de Execução Orçamentária (JEO).

"Eu senti um presidente bastante mais senhor dos números", disse Haddad, após o encontro. "Abriu um espaço importante de discussão." No momento em que a equipe econômica discute redução de despesas,

Tebet disse que os ministros vão apresentar "soluções" ao presidente em uma próxima reunião, sem especificar quais.

Também foi discutida a importância da revisão de cadastros de programas sociais, pois a eliminação de irregularidades é uma forma de abrir espaço no Orçamento.

O ministro ressaltou ainda as conclusões do relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) apresentado na semana passada. O documento registra que não houve aumento da carga tributária em 2023. Por outro lado, as renúncias de receita seguiram em patamar elevado: R\$519 bilhões.

"O aumento do déficit da Previdência está relacionado ao aumento das renúncias do gasto tributário", afirmou Tebet. O presidente, disse ela, teria ficado "extremamente mal impressionado" com o aumento dos subsídios da União, que totalizam quase 6% do Produto Interno Brasileiro (**PIB**).

"A situação atual é a crônica de uma morte anunciada", afirmou o diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), Marcus Pestana. Segundo ele, o Orçamento caminha para um "encontro com o estrangulamento pleno" e o "shutdown" (desligamento da máquina pública por falta de recursos), após o governo retomas regras antigas dos pisos de gastos com saúde e educação e a política de valorização do salário mínimo.

No entanto, Pestana considera que a DRU é "uma ideia fora de seu tempo" e teria apenas efeito de "tapar o sol com a peneira". Mais coerentes com o arcabouço fiscal são as medidas que têm sido indicadas por Haddad e pela ministra do Planejamento, Simone Tebet, no sentido de atacar as vinculações.

Bráulio Borges, economista da LCA Consultores e pesquisador do FGV Ibre, defende uma "DRU turbinada", com ampliação de escopo ou do percentual da desvinculação, como uma das medidas que poderiam criar flexibilidade no curto prazo e melhorar a rigidez orçamentária já para 2025.

Entre as despesas atualmente vinculadas às receitas hoje e que poderiam ter algum alívio via mudança na DRU, diz, estão o mínimo constitucional com saúde,

com educação e o Fundeb. Há também, diz, o Fundo Constitucional do Distrito Federal, além das emendas parlamentares. "Obviamente que politicamente será difícil mexer nas emendas parlamentares e no Fundo Constitucional do Distrito Federal. Então restam basicamente os mínimos de saúde, educação e talvez o Fundeb", aponta.

A discussão da DRU, diz, também pode ser aplicada ao chamado óleo-lucro, a receita da União resultante da exploração de petróleo sob o regime de partilha, no pré-sal, que se tornou mais representativa desde 2018. Trata-se de uma receita, estima, que deve chegar a quase 1% do **PIB** ao fim da década. "Seria interessante desvincular o óleo lucro em uma nova DRU, pra criar mais flexibilidade, não só do ponto de vista da gestão da despesa, mas também para melhorar o superávit primário."

É importante destacar, diz Borges, que, com exceção do óleo-lucro, as demais medidas relacionadas a gastos vinculados ajudam a evitar uma compressão cada maior das despesas discricionárias até 2026 e 2027, num quadro que traz risco de "shutdown".

"São medidas que criam maior flexibilidade dentro do Orçamento e dão sobrevida ao arcabouço fiscal, que não é uma regra perfeita, mas bem ou mal dá algum horizonte de previsibilidade para a despesa. Sozinhas, porém, não geram o superávit primário que é necessário. Para termos realmente uma contribuição da despesa para a melhoria do resultado primário, seria preciso mudar os parâmetros do arcabouço fiscal. A despesa não poderia mais crescer 2,5% reais ao ano ou a 70% da receita. É preciso um limite mais baixo, talvez de 1,5% ou 2% para o crescimento das despesas."

" Situação atual é a crônica de uma morte anunciada"

Marcus Pestana

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187905?page=1  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187905?page=1&section=1)**

# Arcabouço corre risco sem desvinculação, dizem economistas

**Jéssica Sant"Ana**

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, descartou na semana passada a desvinculação do reajuste das aposentadorias do salário mínimo, mas, sem adotar essa medida, o governo pode ter dificuldades para garantir a sustentabilidade do novo arcabouço fiscal no médio prazo, em especial a partir de 2027, avaliam economistas ouvidos pelo Valor. Isso aconteceria porque a despesa previdenciária já é a maior do Orçamento federal e, ao ter atrelado o reajuste dos benefícios à política de valorização do piso, o seu peso sobre as contas públicas vai crescer como bola de neve.

O economista Tiago Sbardelotto, da XP Investimentos e auditor licenciado do Tesouro Nacional, calcula que, caso todos os benefícios previdenciários (aposentadoria, pensões e os auxílios) mais o abono salarial, o seguro-desemprego e o Benefício de Prestação Continuada (BPC) fossem reajustados apenas pela inflação, haveria uma economia de R\$313,651 bilhões ao longo dos próximos dez anos (2025-2034).

"Seria [um valor] suficiente para você manter o arcabouço fiscal por esse período de dez anos, e até haveria um espaço maior para o governo fazer investimento. Então, de fato, uma desvinculação total seria um dos caminhos [para manter o arcabouço vivo]", disse.

Já uma desvinculação parcial, que afete apenas alguns benefícios, como o auxílio-doença, seria insuficiente para garantir o crescimento sustentável das despesas nesse horizonte, demandando outras alternativas por parte do governo.

No caso do auxílio-doença, por exemplo, a economia seria de cerca de R\$ 500 milhões por ano, nos cálculos da XP. Isso porque apenas 5% da despesa previdenciária corresponde a benefícios não permanentes, como os auxílios doença, reclusão, acidente, entre outros.

Sbardelotto acrescenta que os benefícios previdenciários cresceram 5,7% acima da inflação no acumulado deste ano até maio, já descontando o efeito sazonal da antecipação do 13- e do pagamento de precatórios. "É um crescimento que, caso se

mantenha, tornará o arcabouço insustentável", diz. "É necessário pensar no conjunto todo da Previdência. Certamente é um assunto delicado, especialmente para este governo, mas é um assunto que vai ter que ser discutido", analisa o economista.

Jeferson Bittencourt, head de macroeconomia da ASA Investments e ex-secretário do Tesouro Nacional, também avalia que rever somente as vinculações dos auxílios previdenciários, do BPC, do abono e do seguro-desemprego geraria um ganho tímido de flexibilidade para o governo na gestão da despesa.

Se, por exemplo, fosse dada somente a correção pela inflação medida pelo INPC para o abono salarial, seguro-desemprego e BPC - sem aplicar a política de valorização do salário mínimo -, seria aberto um espaço para a despesa discricionária inferior a R\$ 6 bilhões, calcula Bittencourt. "Não seria um espaço fiscal significativo, ainda que, do ponto de vista da racionalidade econômica, seria um avanço importante", explica.

Ele lembra que, a partir de 2027, a totalidade do pagamento de precatórios passará a entrar no computo da meta fiscal e do limite de despesas, trazendo ainda mais pressão para o novo arcabouço fiscal.

"Neste cenário, uma revisão do limite de gastos que conhecemos hoje está contratada, de modo que uma revisão modesta das vinculações poderia ser somente uma travessia e uma satisfação para o mercado ante um encontro marcado para 2027 com uma revisão mais geral do limite de despesas", diz o ex-secretário do Tesouro Nacional.

Na semana passada, em audiência na Comissão Mista de Orçamento (CMO) do Congresso Nacional, a ministra Simone Tebet disse que "não passa pela cabeça" da equipe econômica nem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a desvinculação do salário mínimo das aposentadorias. A ideia havia sido levantada pela própria ministra em entrevista ao Valor.

Tebet deixou a porta aberta apenas para uma "modernização" das vinculações dos demais benefícios previdenciários (auxílio-doença, reclusão, maternidade etc.) e para o BPC, abono e seguro-desemprego, que também são reajustados seguindo a

mesma política do piso salarial. Ela, porém, não explicou o que seria essa "modernização".

O Valor apurou que são várias as alternativas sobre a mesa.

Uma das possibilidades é que os auxílios previdenciários e demais gastos sociais atrelados ao piso salarial sejam reajustados seguindo um percentual do reajuste do salário mínimo. A decisão, contudo, será política e envolverá necessariamente o Palácio do Planalto.

Ainda de acordo com uma fonte de equipe econômica, a questão das vinculações não está entre as prioridades da equipe econômica para o curto prazo. Essa fonte acredita que o problema se dará a partir do Orçamento de 2027, ou seja, no primeiro ano do próximo governo. Por isso, a tendência é que os estudos sigam, mas que uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC)- se vier mesmo a ser apresentada - aconteça somente no futuro.

Ainda na audiência pública na CMO, a ministra Simone Tebet disse que a equipe econômica já calculou o impacto das vinculações dos benefícios ao salário mínimo. No caso dos benefícios previdenciários, seria de R\$ 1,169 trilhão em dez anos. Procurado pelo Valor para detalhar esse dado, o Ministério do Planejamento e Orçamento disse se tratar de uma "estimativa" e não especificou os números citados pela ministra durante a audiência no Congresso.

**Site:**

**<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187905?page=1&section=1>**

# Monitor do PIB tem leve queda em abril

**Rafael Rosas Do Rio**

A queda de 0,1% do Monitor do **PIB** em abril frente a março não é algo "alarmante", na visão da economista Juliana Trece, coordenadora da pesquisa, divulgada nesta segunda-feira (17), pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre).

"A trajetória mostra desaceleração, mas não é um grande problema ter vindo negativo", diz Trece, que vê o movimento do monitor como estabilidade.

Ela acrescenta que o resultado de abril não trouxe efeitos das chuvas no Rio Grande do Sul, o que só será registrado pelo Monitor do **PIB** no mês de maio.

Trece ressalta que os dados em relação ao mês anterior mostram que, mesmo com a desaceleração e com o resultado negativo ante março, o monitor traz cenários positivos tanto do lado da demanda quanto do lado da oferta.

O consumo das famílias, por exemplo, subiu 0,8% em abril na comparação com março, associado aos serviços. "Praticamente todas as categorias de consumo estão positivas", diz Trece.

A notícia negativa veio da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), que mede os investimentos no país e recuou 0,3% em abril em relação a março, segundo o monitor. Mas Trece pondera que máquinas e equipamentos mostraram avanço dentro da FBCF, cuja queda foi puxada pela construção.

Do lado da oferta, o destaque negativo na passagem de março para abril foi a agropecuária, que recuou 2,8%. A indústria avançou 0,2%, com quedas na construção e na extrativa mineral. Nesse sentido, a indústria de transformação "cresceu bem", segundo Trece.

Nos serviços também houve alta de 0,2%, com destaque para a disseminação, uma vez que apenas outros serviços e serviços para a administração pública mostraram recuo na passagem entre março e abril. "Comércio e transportes, que são grupos importantes, continuam crescendo", destaca Trece.

**Site:**

**<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187905?page=1&section=1>**

# Correção de FGTS pela inflação é reparação parcial e tardia (Editorial)

O Supremo Tribunal Federal (STF) corrigiu em parte um erro histórico ao mudar a forma de remuneração do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Por sete votos a quatro, o STF decidiu que o FGTS deve passar a render no mínimo a **inflação**, medida pelo IPCA. Se a fórmula atual (Taxa Referencial mais 3% ao ano) não for suficiente para cobrir a **inflação**, o Conselho Curador do FGTS deve determinar uma compensação. Ainda assim, o rendimento do Fundo continua abaixo de praticamente todas as modalidades de aplicações do mercado, o que se traduz em perdas para o trabalhador, que só em casos limitados pode sacar os recursos.

Neste século até 2023, o reajuste do FGTS só não perdeu para a **inflação** em nove anos: em 2005, 2006 e 2007 e, mais recentemente, depois que os trabalhadores passaram a receber uma parcela anual do lucro do Fundo, de 2016 a 2022, de acordo com levantamento feito pela Caixa Econômica Federal (O Globo, 14/6). Apesar disso, o FGTS somente teve a remuneração melhorada agora, e a decisão começará a ser aplicada a partir da publicação da ata do julgamento.

O FGTS foi concebido em 1966 pelo então ministro Roberto Campos e entrou em vigor em 1967, para acabar com a estabilidade no emprego e criar um funding para a construção de imóveis. Até então, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) assegurava ao trabalhador do setor privado estabilidade após 10 anos na mesma empresa e indenização de um mês de salário por ano trabalhado em caso de demissão injustificada.

A partir da criação do FGTS, formado com a contribuição das empresas equivalente a 8% do salário dos funcionários, o trabalhador poderia optar pela estabilidade ou pelo fundo, que seria resgatado em condições específicas como a demissão ou compra da casa própria. A remuneração oferecida mostrou-se uma outra armadilha ao longo do tempo, especialmente nos períodos de **inflação** elevada e após a mudança do cálculo da TR, que ficou perto de zero.

Apesar disso, foi difícil convencer o STF da necessidade de mudança no cálculo, requerida em abril do ano passado pelo Solidariedade. O governo argumentou que a mudança lhe traria perdas

elevadas. A Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2025 chegou a mencionar custo de R\$ 295,9 bilhões no pior cenário, com troca da TR pela **inflação** para atualizar os depósitos e remuneração retroativa dos depósitos. Já no caso do retomo igual ao da poupança, o custo estimado seria de R\$ 3,3 bilhões por ano. O governo alegou também que recursos do FGTS seriam necessários para ajudar o Rio Grande do Sul.

Ao final, prevaleceu a sugestão do próprio governo, em acordo com centrais sindicais, de que o FGTS teria remuneração, no mínimo, igual ao IPCA. Diversas associações da construção civil aplaudiram a decisão do STF. Beneficiados por décadas com funding do FGTS, consideraram que o reajuste de no mínimo igual à **inflação** é assimilável, e permitirá a sustentabilidade do Minha Casa Minha Vida. A demora no desfecho da questão era, sim, uma preocupação para o setor.

O FGTS, porém, não se adaptou às condições da economia, bastante diferentes após 58 anos de sua criação. A poupança compulsória que forma passou a financiar não só imóveis, mas saneamento e investimentos em infraestrutura, a baixo custo, devido à má remuneração do cotista - só em 2017 os lucros do fundo começaram a ser distribuídos. Há instrumentos financeiros e sofisticação no mercado de capitais suficientes para sustentar investimentos em infraestrutura e imóveis.

Como poupança contra o desemprego, o trabalhador deveria poder levar consigo o que lhe pertence após o fim do vínculo empregatício. Não é o que ocorre, por determinação legal. Mas a disputa por esses recursos abriu brechas por onde retirá-los. A nova lei trabalhista permitiu demissão por acordo com direito a retirada de 20% do FGTS. Há dezenas de propostas para que o trabalhador use o dinheiro do FGTS como garantia para o empréstimo consignado ou para aquisição de imóveis.

A compulsoriedade trouxe alguma proteção em um país de salários muito baixos. Como eles mal davam para a subsistência, o livre uso dos recursos seria imediatamente consumido. Também devido aos baixos salários, surgiram outros programas que, no fim, buscavam a mesma coisa que o FGTS: o seguro-desemprego, que, ao lado do abono salarial, consumiu R\$ 74,1 bilhões em 2023.

Assim como a legislação ampliou possibilidades do uso do FGTS (há pelo menos 16, com viés de alta), deveria caminhar para a permissão do livre uso dos recursos pelo cotista, quando ele fosse demitido ou trocasse voluntariamente de emprego, porque afinal o dinheiro lhe pertence. Esses recursos poderiam servir de poupança via investimentos com uma remuneração melhor, ou para formar patrimônio por meio de fundo de previdência privado ou público (via aplicações no Tesouro Direto). Eventuais subsídios hoje bancados pela baixa remuneração do FGTS deveriam ser feitos pelo Tesouro com previsão orçamentária.

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187905?page=1  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187905?page=1&section=1)**

# Dólar vai a R\$ 5,42 com piora nas expectativas

**Arthur Cagliari, Gabriel Roca e Matheus Prado De São Paulo**

Os ativos locais registraram mais perdas na sessão de ontem, em dia de avanço dos rendimentos dos Treasuries americanos e após o boletim Focus mostrar novo aumento nas expectativas para a **inflação** e para a taxa Selic. Em meio aos desafios da equipe econômica para reduzir as despesas da União, manifesto publicado pela executiva nacional do Partido dos Trabalhadores contra mudanças nos pisos constitucionais de saúde e educação também trouxe algum desconforto aos investidores.

No fim do dia, o dólar subiu 0,73%, para R\$ 5,4214, e o Ibovespa recuou 0,44%, aos 119.138 pontos.

Já a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2025 subiu de 10,655% do ajuste anterior para 10,69%, enquanto a do DI para janeiro de 2026 avançou de 11,195% para 11,285%.

Após alguns pregões em que o mercado local operou descolado do americano, exibindo piora enquanto as taxas dos Treasuries registravam alívio, o avanço dos juros lá fora intensificou o tom negativo da sessão. E, no ambiente doméstico, os riscos percebidos por agentes sobre a condução da política econômica seguem elevados.

Houve também relatos de investidores montando grande posição em dólar já na abertura da sessão. Entre operadores, a leitura é de que as recentes sinalizações do governo sobre corte de gastos não bastam para aliviar o mau humor dos agentes do mercado.

O diretor de tesouraria do Trave-lex Bank, Marcos Weigt, diz ver nessas reuniões recentes do governo um sinal de que o estresse dos mercados está incomodando. "A área política estica a corda e vê até onde dá, e a hora que começam a surgir indicadores de piora, essa política para e pensa", diz. "O Brasil sempre foi assim. Não é exclusividade do governo Lula." As estimativas do relatório Focus do BC indicaram desancoragem adicional das expectativas de **inflação**. A projeção do IPCA para este ano saiu de 3,90% e foi para 3,96%. E a estimativa do câmbio saiu de R\$ 5,05 para R\$ 5,13.

A apreensão em torno da próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central é outro fator que alimenta a percepção de risco local elevado.

"Ao meu ver, o preço dos ativos hoje aponta para manutenção da Selic em decisão unânime. Me parece bastante provável não ter corte; agora, sobre a unanimidade, tenho dúvidas", diz Weigt, da Trave-lex. "Se não houver esse consenso, vamos ver mais estresse no mercado, o que deve atingir o câmbio." O Wells Fargo vê a liquidação da moeda como "excessiva" e afirma que manter a Selic inalterada pode trazer estabilidade ao real. "Duvidamos que as mudanças na liderança do BC, por si só, impliquem automaticamente um reinício dos cortes nas taxas, uma vez que os novos presidentes do BC normalmente têm de ser mais agressivos para obterem a confirmação do Senado e ganharem credibilidade no mercado", dizem, em nota.

"No entanto, estas mudanças provavelmente implicarão um ciclo de flexibilização mais profundo assim que os cortes começarem. Como resultado, continuamos construtivos em relação ao real e às taxas brasileiras." Para o chefe de análise de um grande banco local, as incertezas em tomo do BC tendem a se arrastar nos próximos meses, já que, depois da dissidência do último Copom, a nova presidência da autarquia levará tempo para reconquistar a confiança do mercado. "Talvez se o governo indicar um nome mais ortodoxo para a presidência", diz, notando que uma decisão unânime esta semana pode desencadear alguma descompressão.

"Um possível gatilho doméstico que eu não via e passei a enxergar nos últimos dias, por conta da piora nos preços dos ativos lo-cis, é a entrega do Orçamento de 2025 até o fim de agosto. Mas a Fazenda precisaria entregar um plano claro de cortes de despesas, uma solução crível para as contas públicas, com apoio explícito do presidente", afirma.

10,69% é a taxa do DI para janeiro de 2025, ante 10,655% de sexta

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187905>

# Wall Street ignora Fed e volta a bater recordes

Os índices S P 500 e Nasdaq novamente bateram seus recordes históricos ontem, impulsionados pelo rali de ações ligadas ao setor de inteligência artificial (IA) generativa. O bom desempenho do mercado de ações em Nova York persistiu mesmo diante de sinalizações conservadoras de dirigentes do Federal Reserve (Fed). As falas provocaram um aumento dos rendimentos dos Treasuries em toda a curva a termo, o que sugere uma postura mais cautelosa na renda fixa americana em meio à possibilidade de o banco central dos Estados Unidos manter os juros altos por mais tempo do que o mercado projeta.

O índice Dowjones fechou em alta de 0,49%, a 38.778,10 pontos; o S P 500 subiu 0,77%, a 5.473,23 pontos; e o Nasdaq ganhou 0,95%, a 17.857,02 pontos.

Embora tenha uma visão construtiva quanto ao mercado de ações americano, o CIO do Julius Baer, Yves Bonzon, escreve em sua carta mensal de junho que uma correção de 8% a 12% do S P 500 seria saudável neste momento, para sustentar a alta do mercado mais à frente. "Correções nessa faixa são a norma e não a exceção em mercados de alta seculares. O índice S P 500, por exemplo, passou por essas correções de suas máximas históricas durante as tendências de alta primárias uma vez a cada dois anos, em média, desde 1954, às vezes sofrendo até duas quedas em um único ano", diz ele.

No entanto, as ações ainda não mostram sinais de que vão interromper o rali mesmo diante da postura conservadora de dirigentes do Fed, que reiteram o tom geral do **comunicado**, das projeções e da entrevista coletiva do presidente Jerome Powell na decisão de política monetária da semana passada.

Neel Kashkari e Patrick Harker, respectivamente presidentes das distritais de Mineápolis e Filadélfia do banco central dos Estados Unidos, afirmaram que a previsão de apenas um corte de juros neste ano é razoável e que, para isso, terão de ver mais progresso da **inflação** em direção à meta de 2% ao ano.

Com isso, os Treasuries tiveram desempenho contrário ao das ações e sofreram desvalorização, o que elevou os rendimentos. A taxa da T-note de dois anos terminou o dia em alta a 4,774%, de 4,715% no fechamento anterior, enquanto a da T-note de dez

anos subiu de 4,228% a 4,285%.

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187905>

# "Usar palavra crise faz sentido, e BC tem culpa"

O Banco Central enfrenta uma emergência criada por suas próprias decisões e que corre o risco de afetar anos de decisões políticas hábeis e ganho de credibilidade, a dias do provável fim do ciclo de cortes de juros. As expectativas de **inflação** estão acima da meta para os próximos anos e a confiança se reduz conforme os mercados questionam os rumos da política monetária. "É a primeira vez desde a eleição do Lula que usar a palavra crise faz sentido", disse o ex-diretor de assuntos internacionais do BC Tony Volpon. "E o Banco Central tem culpa." Para Volpon, que ingressou no BC em 2015, o Brasil está longe de elevar a Selic, visão compartilhada pela maioria dos economistas. Ainda assim, ele apelou aos diretores para ficarem atentos a lições sobre o preço da perda de credibilidade. "Foi horrível. Os juros acabaram subindo, eu entrei nesse ciclo e, ainda assim, as expectativas não estavam ancoradas", disse. "No fim do dia, é aquela história: quando você perde a credibilidade junto ao mercado, para recuperar isso tem que ter uma política monetária muito mais ortodoxa, muito mais austera, muito mais restritiva."

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187905>

# "Preços dos ativos dizem que há deterioração local"

*Victor Rezende e Anais Fernandes De São Paulo*

A descompressão dos ativos brasileiros está condicionada à capacidade do governo de conseguir apresentar uma agenda de corte de despesas minimamente sólida e crível, afirma o novo economista-chefe da ARX Investimentos, Gabriel Leal de Barros.

Ao Valor, em sua primeira entrevista no novo cargo, Leal nota que o mercado "está com muito medo de haver uma mudança no arcabouço fiscal" e observa que os preços dos ativos estão bastante deprimidos, ao citar a bolsa "barata" e a curva de juros mais "inclinada". "Se o governo conseguir encerrar esse ruído e encaminhar o ajuste do lado da despesa, o efeito colateral nos ativos pode ser muito positivo." Valor: O câmbio tem sido bastante pressionado recentemente... O cenário ainda é de dólar forte?

Gabriel Leal de Barros: O cenário é de dólar forte, até porque o Federal Reserve deve demorar para ganhar confiança para um corte nos juros e isso deve deixar o dólar forte. Neste ano, no nosso cenário, só teria um corte, lá em dezembro. É um problema para moedas emergentes. Mas fatores domésticos também estão influenciando o câmbio. O real tem sido afetado por uma soma de fatores, algo como 2/3 de vetores externos e 1 /3 de questões domésticas. As moedas emergentes vão ficar fracas por causa desse cenário de juros americanos, mas algumas coisas estão fazendo o real se depreciar mais que os pares, o que mostra um problema na condução da política econômica no Brasil. O real é a pior moeda no bloco de emergentes. Os preços dos ativos dizem que houve uma deterioração doméstica.

Valor: E quais os problemas de condução da política econômica do Brasil? A que se refere, exatamente?

Leal: O fiscal é uma parte relevante dessa equação, mas não é só isso. Acho que a própria decisão dividida do Banco Central na última reunião [do Copom] adicionou muita volatilidade. E a comunicação [do BC] depois também não ajudou a reduzir essa volatilidade. No fiscal, de lá para cá, só se fez mais expansão. A percepção do fiscal se deteriorou. Não mudou nada nos números mês a mês, mas...

Valor: O que mudou, então?

Leal: Em abril, quando o governo mandou as diretrizes do orçamento de 2025 e revisou a meta de primário, houve piora relevante. O próprio governo tinha alimentado uma expectativa no mercado de que poderia incluir medidas de redução de gastos, tema que voltou à mesa agora, mas elas foram muito tímidas. Então, a percepção mudou bastante, ainda que os resultados do Tesouro estejam vindo em linha com o esperado. Vale destacar o "copo meio cheio", que é a arrecadação subindo mais de 8% acima da **inflação**, muito acima do **PIB**. É muito forte. Isso é resultado das medidas que o [ministro da Fazenda Fernando] Haddad conseguiu aprovar no ano passado. Mas gerou uma fadiga. A impressão que eu tenho é que o Congresso não consegue mais aprovar medidas pelo lado da receita. Esse sempre foi o problema do arcabouço fiscal.

Valor: Como assim?

Leal: Quando o governo propôs o arcabouço, uma das minhas críticas era que ele só ficaria de pé em um cenário muito benevolente, com o ambiente externo muito bom - o que a gente vê que não está - e de crescimento econômico [no Brasil]. Além disso, o arcabouço tem também algumas inconsistências de origem - que o mercado, inicialmente, deixou de lado, mas com as quais, agora, está mais preocupado -, como a volta da vinculação de [gastos em] saúde e educação à receita. Eu considero um erro primário, de regras fiscais de primeira geração. É uma regra muito antiga, defasada, porque esse tipo de coisa reduz muito o espaço dos gastos discricionários [não obrigatórios]. Outro ponto importante foi a decisão de voltar com a política de valorização do salário mínimo, que também pressiona o cumprimento da regra fiscal, porque ele indexa muitas despesas obrigatórias. Está contratado um crescimento de gasto de 2% ao ano. O intervalo [para alta das despesas] de 0,6% a 2,5% com que o arcabouço trabalha no papel é difícil de se entregar na prática.

Valor: Quais medidas de contenção de despesas gostaria de ver?

Leal: Um ponto importante é que a gente não tem, até hoje, "big data" cruzando os benefícios concedidos pelo CPE. A ausência disso faz com que se pague muito benefício irregular. Acho que tem um potencial

grande de economia aí, por baixo, de uns R\$ 15 bilhões. Outro ponto importante, que o [presidente] Lula fez no primeiro mandato, é a fusão de políticas sociais, tipo um "Bolsa Família 2.0". Em 2017, um estudo do Banco Mundial mostrou uma sobreposição de políticas sociais, na média, de 20%. Haveria uns R\$ 20 bilhões adicionais para economizar. Só nisso, dependendo da ambição do governo, poderia ter R\$ 35 bilhões que não precisam passar pelo Congresso.

Valor: Reduzir benefícios de cada família não é politicamente difícil?

Leal: Isso abre um espaço para você ampliar o potencial de pessoas que deveriam estar recebendo e não estão por causa do pagamento de benefícios irregulares. Outra medida importante, mas difícil politicamente, é mexer no abono salarial. Se ele fosse limitado para as pessoas que recebem, por exemplo, até um salário mínimo, daria para economizar bastante dinheiro, mais de R\$ 200 bilhões em 10 anos. Diferentemente das duas outras medidas, a do abono não é para o curtíssimo prazo. É algo mais estrutural, o que também chegaria às expectativas de mercado.

Valor: Que se deterioraram bastante recentemente...

Leal: O mercado já está muito machucado. O nível da bolsa é muito baixo e ela está super barata; a curva de juros está super inclinada... Se o governo conseguir endereçar essa agenda pelo lado das despesas, poderemos ter uma descompressão tanto na bolsa quanto nos juros, mas é condicional a termos alguma coisa minimamente sólida, crível. O mercado está com muito medo de haver uma mudança no arcabouço fiscal. Se o governo conseguir encerrar esse ruído e encaminhar o ajuste do lado da despesa, o efeito colateral nos ativos pode ser muito positivo.

Valor: O Congresso tem disposição para cortar despesas?

Leal: O Congresso tentou colocar a pauta da reforma administrativa na mesa, mas não foi correspondido pelo Executivo. Parece que o Congresso está, sim, disposto a aprovar medidas pelo lado dos gastos. Não qualquer uma, é verdade, mas acho que tem alguma disposição. É difícil avaliar o tamanho da disposição, mas acho que tem alguns passos para aprovar. Teve também uma tentativa de puxar a pauta do fim dos supersalários. Na parte do funcionalismo público, parece que há alguma disposição.

Valor: E em relação ao Copom? O ciclo de cortes de juros acabou?

Leal: Sim, e acredito que a decisão desta semana será unânime. Precisa ser e acho que será. Ficou muito

explícito o custo de uma decisão dividida e com comunicação truncada. Acreditamos que o BC vai fechar a porta [para novos cortes] e encerrar o ciclo. Se, no futuro, tiver condições, o BC vai ter várias reuniões para poder se comunicar com o mercado sobre uma mudança de cenário. Mas, agora, temos uma desancoragem muito grande das expectativas. Seria arriscado o BC deixar a porta aberta diante dessa desancoragem e da piora fiscal.

Valor: No cenário da ARX, a Selic só volta a cair em 2025. Por quê?

Leal: O fator global vai ajudar, com o Fed cortando juros em dezembro e continuando no ano que vem. Isso abre espaço para uma retomada do ciclo aqui. Vemos uma redução de 1 ponto percentual, ancorada na potência da política monetária. A atividade não desacelerou antes porque a política fiscal está expansionista... Mas acreditamos que a política monetária funciona e que o BC conseguirá cortar mais o juro ano que vem.

"Seria arriscado o BC deixar a porta aberta diante da desancoragem de expectativas e da piora fiscal"  
Gabriel Leal

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187905>

# Lula se impressionou com renúncias, dizem ministros

Os ministros da Fazenda, Fernando Haddad, e do Planejamento, Simone Tebet, afirmaram que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ficou impressionado com o volume dos gastos tributários do governo federal. A declaração ocorreu após reunião na qual Lula assistiu a uma apresentação sobre a situação fiscal.

De acordo com Tebet, o presidente ficou "mal impressionado" com o aumento da renúncia fiscal. Possíveis soluções para a elevação das despesas serão apresentadas em uma próxima reunião da Junta de Execução Orçamentária (JEO).

- São duas grandes preocupações. Houve crescimento dos gastos da Previdência e de gastos tributários, da renúncia. O próprio relatório do TCU (Tribunal de Contas da União, sobre as contas de 2023 do governo) mostra que há intersecção entre esses gastos - alegou a ministra.

- Lula ficou extremamente impressionado, mal impressionado, com o aumento dos subsídios que estão batendo quase 6% do **PIB** do Brasil. Estamos falando de renúncia fiscal, mas também de benefícios financeiros e creditícios - complementou.

Segundo Tebet, a soma desses gastos, com renúncia e benefícios, atinge R\$ 646 bilhões. Lula pediu que a equipe econômica busque alternativas.

Piso

Também ontem, a executiva nacional do PT, partido de Lula e Haddad, criticou a possibilidade de limitar o crescimento real dos pisos de saúde e educação a 2,5%, uma das estratégias estudadas pela equipe econômica para conter as despesas. Segundo a nota, os pisos "são conquistas históricas perante as quais não cabem retrocessos".

**Site:** <https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/?numero=20240618&edicao=30160>

# Abismo entre as previsões

O ritmo da retomada econômica do Rio Grande do Sul após a enchente de maio é ponto de previsões completamente distintas entre o governo federal e o governo do Estado. Enquanto auxiliares do presidente Lula consideram que ao final do ano o evento terá sido "quase neutro", o vice-governador Gabriel Souza alerta que o impacto é imensamente maior ao da pandemia.

A divergência está no potencial efeito das medidas já anunciadas pela União.

O tema veio a público ontem, após o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, prever em entrevista ao jornal Valor Econômico que tanto em atividade econômica quanto em receitas o Rio Grande do Sul estará recuperado no final do ano.

Na contabilidade do governo federal, serão aplicados R\$ 60 bilhões no Estado, em tomo de 10% da economia local. Trata-se, segundo Ceron, de um "impulso fiscal violentíssimo", equiparado à injeção de R\$ 1 trilhão na economia brasileira.

Em entrevista à coluna, o ministro da Secretaria Extraordinária de Apoio à Reconstrução do Rio Grande do Sul, Paulo Pimenta, ratificou a previsão. Para ele, a injeção de recursos terá efeito imediato e os estímulos serão suficientes para que o segundo semestre compense prejuízos causados pela paralisação de atividades.

- Estamos falando de um conjunto de ações. Temos linha de crédito com carência e juro zero, R\$ 2 bilhões de antecipação do FGTS, R\$ 2 bilhões de antecipação da restituição do Imposto de Renda, quase R\$ 2 bilhões do auxílio reconstrução.

Este dinheiro vai circular na economia do Estado, é um incremento muito importante - argumentou.

O vice-governador reconhece medidas já adotadas, mas entende que são insuficientes. Além disso, considera que a entrevista de Ceron deixou claro que muitos integrantes do governo federal não entenderam o tamanho da tragédia que atingiu o Estado. O desafio, segundo Souza, será muito maior do que o enfrentado na pandemia.

- A diferença para a pandemia é que agora as nossas pontes, rodovias, aeroportos foram destruídos, e os ativos privados também. Hoje, temos uma grande parte destruída, por isso erra o secretário do Tesouro Nacional ao dizer que não vamos ter perda econômica

neste ano. Mas como não vamos ter? Como o impacto será neutro no **PIB** se tivemos um maio totalmente adverso e sem produzir, um junho completamente difícil - rebateu, durante evento que celebrou a retomada da Ceasa de Porto Alegre.

Assim como o setor empresarial, o vice-governador defendeu, por exemplo, a necessidade de o governo federal criar um programa mais robusto de manutenção de empregos.

Até agora, foi anunciada uma medida em que a União apoia as empresas a pagarem duas parcelas do salário mínimo (que hoje está em R\$ 1.412) para os trabalhadores formais de localidades atingidas.

Para Souza, além de chegar ao final do ano com prejuízo muito severo, o Estado vai demorar mais tempo para se recuperar se a União não tomar medidas na proporção que a tragédia exige.

- No governo federal, há agentes políticos com total noção do que vivemos aqui, mas todos os agentes políticos, todos os brasileiros precisam ter noção do que está acontecendo no Rio Grande do Sul - enfatizou o vice-governador.

**Site:** <https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/?numero=20240618&edicao=30160>

# Dólar sobe e chega a ultrapassar os R\$ 5,40

## ***Do Estadão Conteúdo***

O dólar abriu a semana em alta firme e voltou a fechar acima de R\$ 5,40.

Apesar do ambiente externo desfavorável a divisas emergentes, em meio à nova rodada de avanço do retorno dos Treasuries, analistas afirmam que o real sofre com o aumento da percepção de risco doméstico. É crescente o desconforto com o quadro fiscal e a deterioração das expectativas de **inflação** em semana de decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central.

O real apresentou nesta segunda-feira o pior desempenho entre as moedas emergentes e de países exportadores de commodities relevantes. O peso mexicano teve perdas de cerca de 0,50% em relação ao dólar, também pressionado por questões domésticas, como a proposta de reforma judicial da presidente eleita do México, Claudia Sheinbaum, que tem ampla maioria no Congresso mexicano.

Tirando uma baixa pontual e limitada na abertura dos negócios, o dólar à vista operou em alta no restante da sessão e chegou a superar pontualmente a linha de R\$ 5,43 ao registrar máxima a R\$ 5,4305 no meio da tarde. No fim do dia, a moeda avançava 0,74%, cotada a R\$ 5,4219 - ainda no maior valor de fechamento desde 4 de janeiro de 2023. No mês, o dólar já avança 3,26%, o que leva os ganhos no ano a 11,71%.

**Site:** <https://www.gazetadigital.com.br>

# Novo corte na Selic poderá ser descartado por Copom

Instituições financeiras consultadas pelo Banco Central (BC) esperam manutenção da taxa básica de juros, a Selic, em 10,5% ao ano. O Comitê de Política Monetária (Copom) do BC se reúne hoje e amanhã para definir o índice.

Na última reunião, no início de maio, houve redução da taxa pela sétima vez para 10,5% ao ano, mas a velocidade do corte diminuiu. De agosto de 2023 a março deste ano o Copom vinha diminuindo os juros em 0,5 ponto percentual a cada reunião.

Em abril, porém, o corte foi de 0,25 ponto. Membros do colegiado também mostraram preocupação com a **inflação** acima da meta e "em meio ao cenário macroeconômico mais desafiador do que o previsto".

Por isso não estariam planejando um novo corte.

A estimativa para 2024 está dentro do intervalo da meta de **inflação** que deve ser perseguida pelo BC. Definida pelo Conselho Monetário Nacional, a meta é de 3% para este ano, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite é 4,5%. O último resultado divulgado de IPCA, índice oficial do país, ficou em 3,93% em 12 meses em maio, mais que os 3,69% da leitura anterior. O índice apurado pelo IBGE está acima do centro da meta, mas ainda dentro do limite de 4,5%.

A extensão de ajustes na taxa, segundo a ata da última reunião do Copom, será ditada "pelo firme compromisso de convergência da **inflação** à meta".

De março de 2021 a agosto de 2022 o Copom havia elevado a Selic por 12 vezes seguidas num ciclo de aperto que começou em meio à alta de preços de alimentos, energia e combustíveis.

De agosto de 2022 a agosto de 2023 a taxa foi mantida em 13,75% ao ano. Com certo controle nos preços, o BC passou a fazer cortes.

Quando o Copom aumenta a taxa a finalidade é conter a demanda aquecida, e isso leva reflexos aos preços porque juro mais alto encarece o crédito e estimula a poupança. Antes do início do ciclo de alta, a Selic tinha sido reduzida a 2% ao ano, nível mais baixo da série histórica.

Por causa da contração no período da Covid, o BC tinha derrubado a taxa para estimular o consumo. A Selic ficou no menor patamar de agosto de 2020 a março de 2021.

## OS AJUSTES

De agosto de 2023 a março deste ano o Copom vinha reduzindo os juros básicos em 0,50 ponto percentual a cada reunião. Em abril, porém, o corte foi de 0,25 ponto.

O ajuste, frisa o Copom, será ditado pelo compromisso de convergência da **inflação** à meta. O indicador oficial de preços, o IPCA, está em 3,93%, acima da meta de 3%.

## Site:

<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/?edicao=11116>

# Lula está impressionado com subsídios no Brasil

Brasília - O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) teve uma reunião ontem com os auxiliares da área econômica para discutir o cenário fiscal e possíveis medidas de reequilíbrio para as contas públicas. De acordo com os ministros, ele chamou atenção para aspectos ligados à perda de receita e ficou impressionado com o alto nível de subsídios existentes no País.

Esta foi a primeira reunião do presidente neste ano com a chamada Junta de Execução Orçamentária (JEO), composta pela Casa Civil e pelos ministros da área econômica, para rediscutir o cenário de receitas e despesas federais. A discussão é feita enquanto o governo é pressionado pelo mercado a tomar iniciativas de redução de gastos.

O ministro Fernando Haddad (Fazenda) afirmou que, no plano da receita, há uma preocupação muito grande do governo com os R\$ 519 bilhões em renúncias fiscais observadas em 2023. Além disso, Lula teria ficado surpreso com a queda da carga tributária no ano passado.

"A carga tributária no País caiu mais de 0,6% do **PIB**, o que foi considerado pelo presidente bastante significativo, à luz das reclamações que o próprio presidente nem sempre compreende de setores isolados que foram, enfim, instados a recompor essa carga tributária que foi perdida", acrescentou o ministro.

Citou a experiência do Rio Grande do Sul como exemplo, em referência ao Auxílio Reconstrução, um voucher de R\$ 5.100 repassado pelo governo federal para as vítimas das enchentes que atingiram o estado no final de abril.

"[Tomamos] o trabalho que foi feito no saneamento dos cadastros, o que isso pode implicar em termos orçamentários, do ponto de vista de liberar espaço orçamentário para acomodar outras despesas e garantir que as despesas discricionárias continuem no patamar adequado para os próximos anos", disse Haddad.

Segundo o chefe da área econômica, foram apresentados gráficos e dados históricos para ajudar o chefe do Executivo a "compreender a evolução das despesas e o que isso significa em termos de impacto,

para que ele se familiarize com os números e uma proposta de equacionamento dessas questões." De acordo com a ministra Simone Tebet (Planejamento), o presidente ficou "extremamente mal impressionado" com o nível de subsídios do País -correspondentes a quase 6% do **PIB**. Segundo ela, as soluções para equilíbrio das contas públicas serão apresentadas a Lula em uma futura reunião.

Como mostrou a Folha de S.Paulo, uma ala do governo quer emplacar ações de revisão de gastos como parte da compensação à medida que prorroga a desoneração da folha de empresas e municípios, aprovada pelo Congresso Nacional.

Há o diagnóstico de que é preciso acelerar as medidas de revisão de programas sociais, como o BPC (Benefício de Prestação Continuada), pago a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda, e o seguro-defeso, para pescadores artesanais.(Marianna Holanda e Nathalia Garcia/Folhapress)

"A carga tributária no País caiu mais de 0,6% do **PIB**, o que foi considerado pelo presidente bastante significativo, à luz das reclamações que o próprio presidente nem sempre compreende de setores isolados."

Fernando Haddad

# Copom deve manter a taxa Selic em 10,5% ao ano

Brasília - Instituições financeiras consultadas pelo Banco Central (BC) esperam pela manutenção da taxa básica de juros, a Selic, em 10,5% ao ano, nesta semana. O Comitê de Política Monetária (Copom) do BC reúne-se hoje e amanhã para definir os juros básicos da economia. A estimativa está no Boletim Focus de ontem, pesquisa divulgada semanalmente pelo BC com a expectativa para os principais indicadores econômicos.

Em sua última reunião, no início de maio, o Copom reduziu a taxa pela sétima vez consecutiva, para 10,5% ao ano. No entanto, a velocidade do corte diminuiu. De agosto do ano passado até março deste ano, o Copom tinha reduzido os juros básicos em 0,5 ponto percentual a cada reunião. Nesta última vez, a redução foi de 0,25 ponto percentual.

Além disso, os membros do colegiado mostraram preocupação com as expectativas de **inflação** acima da meta e, "em meio a um cenário macroeconômico mais desafiador do que o previsto anteriormente", não previram novos cortes na taxa Selic. A extensão e a adequação de ajustes futuros na taxa, segundo a ata da última reunião, "serão ditadas pelo firme compromisso de convergência da **inflação** à meta".

De março de 2021 a agosto de 2022, o Copom elevou a Selic por 12 vezes consecutivas, em um ciclo de aperto monetário que começou em meio à alta dos preços de alimentos, de energia e de combustíveis. Por um ano, de agosto de 2022 a agosto de 2023, a taxa foi mantida em 13,75% ao ano, por sete vezes seguidas. Com o controle dos preços, o BC passou a realizar os cortes na Selic.

Para o mercado financeiro, a Selic deve encerrar 2024 em 10,5% ao ano. Para o fim de 2025, a estimativa é de que a taxa básica caia para 9,5% ao ano. Para 2026 e 2027, a previsão é que ela seja reduzida novamente, para 9% ao ano.

Meta - A Selic é o principal instrumento do BC para alcançar a meta de **inflação**. Quando o Copom aumenta a taxa básica de juros a finalidade é conter a demanda aquecida, e isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança. Mas, além da Selic, os bancos consideram outros fatores na hora de definir os juros cobrados dos consumidores, como risco de

inadimplência, lucro e despesas administrativas. Desse modo, taxas mais altas também podem dificultar a expansão da economia.

Quando o Copom diminui a Selic, a tendência é de que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, reduzindo o controle sobre a **inflação** e estimulando a atividade econômica.

Antes do início do ciclo de alta, a Selic tinha sido reduzida para 2% ao ano, no nível mais baixo da série histórica iniciada em 1986. Por causa da contração econômica gerada pela pandemia da Covid-19, o Banco Central tinha derrubado a taxa para estimular a produção e o consumo. A taxa ficou no menor patamar da história de agosto de 2020 a março de 2021. (ABr)

"O Copom elevou a Selic por 12 vezes consecutivas, em um ciclo de aperto monetário que começou em meio à alta dos preços dos alimentos, de energia e de combustíveis. Por um ano, a taxa foi mantida em 13,75%"

# Previsão de PIB global aumenta

A Fitch Ratings elevou a previsão para o crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) global em 2024, de 2,4% a 2,6%. Segundo a agência, a revisão reflete a maior confiança na recuperação da Europa, a melhora nas exportações chinesas e o bom desempenho das demais economias emergentes. A agência, no entanto, projeta que a expansão da atividade mundial terá desaceleração para 2,4% tanto em 2025 quanto em 2026. "Estas previsões pintam um quadro de uma economia global muito mais estável em meados da década em comparação com a volatilidade entre 2020 e 2023", diz a Fitch.

**Site:**

<https://digital.jornalnh.com.br/edicao/imprensa/15667/18-06-2024.html?all=1>

# IBGE adia PIB dos municípios

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) informou ontem que postergará a divulgação do Produto Interno Bruto (**PIB**) dos Municípios referente a 2022. A publicação das informações, que deveria ocorrer neste ano, foi adiada para 2025. (AE)

**Site:**

**<https://digital.jornalnh.com.br/edicao/imprensa/15667/18-06-2024.html?all=1>**

# Equipe econômica quer a revisão de benefícios

O pagamento do Benefício de Prestação Continuada (BPC), do seguro-desemprego e do abono salarial vai exigir um aumento de R\$ 82,5 bilhões em despesas da União até 2028. O crescimento é em relação às estimativas de 2024, segundo projeções do próprio governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), as quais constam do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) do ano que vem.

A equipe econômica defende internamente uma revisão de gastos com esses benefícios, mas ainda não há um plano de cortes no Orçamento - que cada vez mais é pressionado pelo avanço das despesas obrigatórias e pela necessidade de se cumprir o arcabouço fiscal.

O presidente Lula se reuniu ontem com os ministros que compõem a Junta de Execução Orçamentária (JEO) para discutir um plano de revisão de gastos. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que a equipe apresentou um cenário de evolução das receitas e despesas e "todos os cadastros" foram debatidos.

Os benefícios são vinculados ao salário mínimo, com crescimento real (acima da **inflação**), e há resistência no governo em fazer a desvinculação - assim como a revisão dos pisos mínimos de saúde e educação.

No sábado, 15, Lula admitiu uma discussão sobre os gastos, mas afirmou que o governo não fará ajustes que afetem a população mais pobre.

Em audiência na Comissão Mista de Orçamentos (CMO) do Congresso na semana passada, a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, citou a possibilidade de o governo rever benefícios como o BPC, o seguro-desemprego e o abono salarial, sem mexer em aposentadorias e pensões.

BPC Só com o BPC, pago a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda, o governo projeta aumento de R\$ 99,2 bilhões, neste ano, para R\$ 154 bilhões nas despesas em 2028, com crescimento de 1,3 milhão no número de beneficiários, de acordo com estimativas do Ministério do Desenvolvimento Social.

A diminuição da Renda Mensal Vitalícia (RMV), benefício em extinção, pode amenizar o impacto, mas não de forma significativa, pois representa menos de

R\$ 1 bilhão por ano.

"O envelhecimento da população brasileira e o aumento da expectativa de sobrevida, aliados ao aumento anual do salário mínimo superior ao aumento da renda média, sugerem que as despesas com o BPC deverão aumentar substancialmente no futuro próximo", afirmou o governo ao comentar as projeções no PLDO de 2025.

No caso do seguro-desemprego, o número de beneficiários aumentaria de 7,8 milhões em 2024 para 8,38 milhões daqui a quatro anos, com as despesas crescendo de R\$ 51,6 bilhões para R\$ 69,4 bilhões no período, exigindo um aumento de R\$ 17,8 bilhões no Orçamento, segundo estudo do Ministério do Trabalho e Emprego.

Em relação ao abono salarial, concedido aos trabalhadores que recebem até dois salários mínimos por mês, o aporte adicional seria de R\$ 9,9 bilhões entre a projeção de gastos em 2024 e a estimativa de despesas em 2028, com aumento de 2 milhões na quantidade de concessões.

"Ao longo dos anos, as receitas e despesas do Fundo (de Amparo ao Trabalhador - FAT) têm apresentado crescimento, especialmente as despesas com pagamento de benefícios do seguro-desemprego e do abono salarial, em face do incremento do número de trabalhadores formais no mercado de trabalho; da taxa de rotatividade de mão de obra; e dos sucessivos aumentos reais do salário mínimo", diz nota técnica do Ministério do Trabalho e Emprego encaminhada junto com o PLDO.

Tebet diz que é preciso blindar aposentadorias

Os benefícios acompanham o reajuste do salário mínimo, que é dado pela **inflação** e pela taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) de dois anos anteriores.

Enquanto a taxa de reajuste do salário mínimo deve ficar perto de 6% nos próximos anos, outros benefícios devem crescer 3%.

O arcabouço fiscal, por sua vez, limita o crescimento real das despesas da União a 2,5%. Ou seja, outras áreas, como investimentos e custeio de serviços

públicos, serão afetadas.

"A correção do salário mínimo pela **inflação** mais o **PIB** de dois anos atrás procura manter o poder de compra e dar um certo ganho de produtividade", afirma o ex-secretário do Tesouro Nacional e head de macroeconomia do ASA, Jeferson Bittencourt. "Faz sentido dar ganhos de produtividade para benefícios previdenciários e assistenciais?"

Estas discussões precisam ser feitas, porque o caminho para a contenção efetiva desta despesa é a revisão das decisões de política." As falas da ministra Tebet na CMO apontam que dar um valor menor que o salário mínimo para benefícios temporários não seria um desgaste tão grande quanto mexer na remuneração permanente de aposentados e pensionistas.

Limitar o reajuste dos pagamentos temporários à metade do crescimento do salário mínimo, por exemplo, poderia economizar até R\$ 110 bilhões em dez anos.

"Acho que mexer na valorização da aposentadoria é um equívoco, porque vai tirar com uma mão e ter que dar com a outra. Acho que temos que modernizar as demais vinculações. Temos que analisar como está o BPC, o abono salarial, o seguro-desemprego", afirmou a ministra.

**Site:** [https://digital.maven.com.br/temp\\_site/issue-4ab6b9cca20ca7bf5025960f3274ef86.pdf](https://digital.maven.com.br/temp_site/issue-4ab6b9cca20ca7bf5025960f3274ef86.pdf)